

Plataforma Internacional do Anarquismo Revolucionário

Organização Popular Anarquista Revolucionária - México
União Popular Anarquista - Brasil

2011



Fotos

Capa: Funeral de Buenaventura Durruti. 22 de novembro de 1936, Barcelona, Espanha.

Verso: *Revolta*, 1899. Quadro de Käthe Kollwitz.

Plataforma Internacional Do Anarquismo Revolucionário

1º de Maio de 2011

**Organização Popular Anarquista Revolucionária e União Popular
Anarquista**

ÍNDICE

Apresentação	07
Introdução	07
1 - A luta teórico-ideológica: crítica geral das concepções revolucionárias estatistas e do revisionismo no anarquismo	11
1.1 - Fundamentos histórico-universais do Bakuninismo	11
1.2 - Posição dos anarquistas frente ao pensamento de Marx e Engels	14
1.3 - Diferenças e contradições entre a concepção Estatista e Anti-estatista da Revolução	19
1.4 - O revisionismo no Anarquismo	21
2 - As grandes derrotas da revolução social: Rússia, Espanha e América Latina	25
2.1 - Revolução russa e a degeneração do marxismo	25
2.2 - Guerra civil espanhola e a degeneração do anarco-sindicalismo e anarco-comunismo	30
2.3 - A crise do sindicalismo revolucionário na América Latina e as sucessivas capitulações de anarco-comunistas, comunistas e nacionalistas	34
2.4 - Sobre o fracasso histórico do comunismo/social-democracia e do anarco-comunismo/anarco-sindicalismo e sua condição atual	40

3 - Teoria e Programa: os sujeitos revolucionários e as tarefas do anarquismo no centro e na periferia	48
3.1 - A estrutura de classes e a divisão internacional do trabalho no Século XXI	50
3.2 - As contradições de classe e os sujeitos da revolução	51
4 - A Conjuntura: O Capital, O Estado e a Luta de Classes na atualidade	56
5 - luta de classes hoje: a criação de uma oposição autônoma no movimento de massas	64
5.1 - O problema das crises do capitalismo, da crise de organização do proletariado e da linha de massas internacional	70
Programa Reivindicações Econômicas Gerais (Rurais e Urbanas)	72
Programa de Reivindicações Econômicas Indiretas (Educação, Saúde, Moradia e etc.)	73
Programa de Reivindicações Políticas Gerais	73
Programa de Reivindicações Agrárias	74
Programa de Reivindicações Econômico-Políticas Anti-discriminatórias	74
Programa Ambiental	75

Apresentação

Ao operariado, campesinato e trabalhadores do setor de serviços

Aos desempregados e trabalhadores informais

Aos trabalhadores migrantes em todas as regiões do mundo

Aos povos indígenas, nacionalidades, etnias e minorias oprimidas

À Juventude e as mulheres trabalhadoras

Introdução

Em junho de 1926, a publicação na França de um documento intitulado “A Plataforma de Organização dos Comunistas Libertários” (assinado pelo grupo de exilados russos *Dielo Trouda*), causou um profundo impacto e mal estar entre anarco-comunistas, anarco-sindicalistas e individualistas, especialmente na Europa.

Entre os que assinavam o documento estavam o camponês Nestor Makhno, principal liderança do Exército Insurgente da Ucrânia, e Piotr Archinov, um operário e guerrilheiro, ambos veteranos da revolução e da guerra civil russa (1917-1921). O documento convocava a reorganização do anarquismo revolucionário, a luta ideológica contra o individualismo desorganizador e criação de uma organização anarquista internacional.

Errico Malatesta, um dos principais anarco-comunistas da época, se pronunciou de maneira clara e categórica contra os pressupostos estabelecidos pela Plataforma: “*Ora, sendo a organização proposta tipicamente autoritária, não só não facilitará a vitória do comunismo anarquista, como falsificará o espírito anarquista e resultará no contrário do que esperam seus organizadores*”. Vóline, um anarco-comunista russo exilado na França escreveu o seguinte: “*Concluindo, o único ponto original na Plataforma é seu revisionismo em direção ao Bolchevismo, escondido pelos autores...*”

A Plataforma de Organização era um documento que apontava para três tarefas fundamentais: o desenvolvimento de uma teoria anarquista como base da organização internacional; a maior precisão da estratégia e programa globais para a revolução socialista a partir da crítica da experiência da degeneração burocrática da revolução russa de 1917; a crítica da função que os anarquistas tinham desempenhado no movimento de massas e a apresentação de uma linha revolucionária de ação.

Essas tarefas colocadas pelos autores da Plataforma de Organização não foram realizadas. E nisso reside em grande parte as razões do declínio histórico do anarquismo, que assim como Makhno e Archinov apontaram, continuaria sendo marginal em relação às lutas das massas camponesas e operárias caso não enfrentasse tais tarefas.

A Plataforma tinha também os seus limites. A reação dos anarco-comunistas, individualistas e anarco-sindicalistas denunciava os Plataformistas como algo “estranho ao anarquismo”. Os “plataformistas” foram acusados de “desviarem-se do anarquismo”, de trilharem uma perigosa fronteira com o “bolchevismo” e com as ideologias “autoritárias”.

Mas na realidade, os Plataformistas, ao contrário do que seus críticos afirmavam, não estavam “rompendo” com o “anarquismo em geral”. E sim com o revisionismo (representado pelas auto-proclamadas “correntes”). Os plataformistas também achavam que estavam criando uma proposta nova. Na realidade, eles apenas estavam recuperando, de forma parcial, a concepção bakuninista originária da Primeira Internacional que foi renegada pelo anarco-comunismo de Errico Malatesta e Piotr Kropotkin, pelo anarco-sindicalismo e seus teóricos como Rudolf Rocker.

A Plataforma de Organização foi recusada por ela conter em seu interior um movimento em direção aquilo que os anarco-comunistas, individualistas e anarco-sindicalistas haviam negado: o bakuninismo. Mas a Plataforma apenas delineou as tarefas. Os seus autores não tiveram as condições históricas para realizá-las. Eles mostraram que seria preciso construir uma organização anarquista internacional. Que esta deveria ter unidade teórica, unidade tática, responsabilidade coletiva e federalismo. Mas eles, por motivos de força maior, deixaram esta tarefa incompleta.

A experiência anterior de crítica e os esforços heróicos de indivíduos e pequenos grupos que fizeram críticas parciais e reflexões que antecedem a análise aqui apresentada devem ser reconhecidas. A crítica platformista nos anos 1920 na Europa; as críticas de pequenos grupos de “bakunistas” no Brasil e a defesa mesmo que confusa da Makhnovitichina no Brasil por José Oiticica; a crítica e oposição do Grupo Antorcha a capitulação dos anarco-comunistas liderados por Santillan na Argentina. Também nos anos 1930 a crítica a degeneração do anarco-sindicalismo e comunismo espanhol por Makhno e Jaime Balius e Los Amigos de Durruti. As críticas de Georges Fontenis nos anos 1950 e da FAU-histórica nos anos 1960 são fundamentais. Mas é preciso também reconhecer que todas essas críticas foram incompletas e parciais. Não conseguiram se consolidar, porque não caminharam em direção ao bakunismo.

Esse documento visa exatamente assumir responsabilidade de executar as tarefas delineadas pela Plataforma de Organização e pelos demais camaradas. Continuar de onde pararam: avançar na única direção possível ao platformismo, o bakunismo. Nesse sentido, ele tenta apresentar os traços estruturais da teoria anarquista – o bakunismo – e convocar a reconstrução da organização internacional bakunista e da organização internacional dos trabalhadores. Essa tarefa é hoje central.

A degeneração das revoluções socialistas e de libertação nacional, a integração dos sindicatos de orientação social-democrata e anarco-sindicalistas dentro do sistema capitalista mostram que o proletariado tem sido levado a sucessivas e gravíssimas derrotas históricas. A capitulação dos anarco-comunistas a anarco-sindicalistas também é um traço importante dessa história. Foi em grande parte o resultado dos erros de teoria, do empirismo e oportunismo que marcava a formação das organizações políticas e as organizações de luta dos trabalhadores.

Pretendemos então aqui convocar a construção de uma **Rede Anarquista Internacional (RAI)** e de uma **Tendência Classista-Internacionalista (TCI)**. Essas formas organizacionais visam dar início ao processo de reconstrução da Aliança e da AIT. Mas para delinear de forma mais concreta as características dessa organização política e de massas é preciso antes de tudo uma apresentação do conteúdo do bakunismo e uma profunda crítica da teoria que foi dirigente das lutas dos trabalhadores no último século: o marxismo. E preciso

também uma crítica séria das experiências de luta dos trabalhadores e de como os desvios de teoria foram determinantes para as derrotas dos trabalhadores.

A plataforma de organização do anarquismo revolucionário aqui apresentada visa então fixar as bases teóricas e programáticas de tal construção internacional. A primeira parte do documento é uma crítica teórica e histórica das diferentes teorias e experiências de organização e luta dos trabalhadores. A segunda parte é uma aplicação da concepção bakuninista de teoria e revolução ao atual estágio de desenvolvimento capitalista. A partir disso, apresentamos uma proposta de organização dos revolucionários e dos trabalhadores para a luta pelo socialismo.

Os indivíduos e grupos que quiserem discutir a adesão a esta Plataforma de construção de Seções da RAI e TCI em seus países devem escrever para se engajar e desenvolver o dito processo: as orientações adicionais e detalhadas serão repassadas pela Comissão de Construção.

UNIPA – Brasil

OPAR – México

1 - A luta teórico-ideológica: crítica geral das concepções revolucionárias estatistas e do revisionismo no anarquismo

1.1 - Fundamentos histórico-universais do Bakuninismo

Na segunda metade do século XIX o proletariado dá origem à primeira expressão orgânica de luta internacional por sua emancipação: a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), fundada em 1864. Em seu seio se reuniam diferentes correntes que tinham como fim a emancipação social do proletariado. É neste contexto que surge nossa corrente, fundada pelo pensamento e a prática do revolucionário russo Mikhail Bakunin.

O pensamento de Bakunin é marcado pelo método materialista de análise do mundo natural e social, capaz de produzir uma análise crítica da sociedade e orientar uma prática revolucionária. Tomando todos os fatores envolvidos na determinação da vida social com o fim de destruir integralmente a sociedade burguesa e emancipar a humanidade inteira em um grande processo de transformação social, se constitui como uma das principais cosmovisões filosóficas de interpretação da realidade das que o proletariado se utilizou e utiliza em sua luta por libertação.

O materialismo predominante no pensamento dos revolucionários do século XIX está em oposição direta ao idealismo da burguesia, continuando o antagonismo existente nas classes sociais engendradas pelo capital no terreno da ideologia. Enquanto a burguesia busca disfarçar sua dominação de classe mediante as idéias religiosas, a metafísica e o pensamento idealista em geral, o proletariado, mediante seus intelectuais e pensadores revolucionários, proclama o método materialista de análise da realidade, considerando as relações concretas, circunscritas a determinadas condições materiais de existência no tempo e no espaço. O proletário proclama o fim dos sistemas absolutos e definitivamente moldados, em oposição, proclama um sistema dialético que implica no conhecimento sistemático do mundo natural e social na sua totalidade, perfectível a cada momento, sempre sujeito a implacáveis críticas e correções com base na experiência coletiva da humanidade.

O materialismo proletário está em oposição à concepção burguesa do direito do valor e lucro, considerando o dito direito como um argumento hipócrita dos capitalistas para explorar o trabalho das forças coletivas da humanidade. Em oposição proclama que a única fonte de valor é o trabalho coletivo da humanidade; proclama a superioridade do trabalho coletivo sobre o individual; proclama sua oposição ao pagamento individual sob a forma capitalista de salário, que unicamente permite a reprodução da linhagem proletária para continuar com a exploração burguesa; proclama que unicamente sob a socialização dos meios de produção é que os trabalhadores terão domínio sobre suas próprias atividades e terão acesso aos frutos de seu trabalho.

O Proletariado toma como sua tarefa solucionar as contradições entre a produção coletiva das riquezas, bens sociais, e a exploração expressa idealmente no direito do lucro que é fundamento e obra da sociedade capitalista, mediante um processo de Revolução Social Integral, iniciando a ação de extermínio e abolição não só do direito de lucro e exploração, como também da própria propriedade privada e do Estado, que se constituem nos fundamentos materiais da divisão de classes na sociedade.

Herdado de geração a geração, o direito de explorar o trabalho da maioria trabalhadora por uma minoria opressora, se constitui como o fundamento ideológico das sociedades de classe que justificam a existência da propriedade privada e do Estado, base material da dominação da humanidade pela humanidade, estabelecendo com isto uma relação dialética entre o domínio material e o direito ideal que engendra uma crescente miséria e desigualdade para as amplas massas trabalhadoras.

No seio do proletariado as diferentes correntes que confluem na defesa da emancipação humana como fim histórico e universal, não convergem quanto aos meios e os métodos pelos quais o proletariado se emancipará. Enquanto as diferentes correntes cometeram o equívoco de extrapolar as tarefas histórico-universais da burguesia ao proletariado, Bakunin, continuando com as acertadas críticas de J.P. Proudhon ao estatismo, pontua que a tarefa histórica do proletariado não só não é imitar a burguesia na tomada do Estado para o desenvolvimento do Socialismo, como demonstra que a condição essencial para que a humanidade se emancipe do governo do homem sobre o homem é precisamente a abolição, a destruição revolucionária dos Estados e sua substituição por uma grande Confederação Universal de ho-

mens livres e associações internacionais de trabalhadores que coordenem a produção.

A principal contribuição teórica e política do bakuninismo como fenômeno de organização, foi a compreensão do lugar do estatismo na história e a centralidade do problema da exploração das forças coletivas pelo capitalismo na sociedade moderna. A raiz da concepção de Bakunin está na compreensão da inter-relação entre a evolução do estatismo e a intensificação da subordinação das forças coletivas.

A propriedade privada e o Estado são as bases sobre a qual se erguem às sociedades de classes, o proletariado, sendo a classe histórica chamada a sepultar a exploração, afirma que para transformar a sociedade, para avançar do reino da necessidade para o reino da liberdade é equivocado valer-se de programas e criações de outras transformações sociais de grande escala e de outras tarefas histórico-universais.

O conceito bakuninista de estatismo designa por sua vez um processo: o de extensão do Estado e formação de uma “razão do Estado” e de diversas doutrinas de sua legitimação (teoria do direito divino dos reis, contratualismo, nacionalismo). O conceito de estatismo supõe uma análise histórica em que o Estado Moderno antecede a formação do capitalismo, e a tomada deste Estado pela burguesia consolida a transformação econômica capitalista da sociedade feudal. Por outro lado e dialeticamente este Estado Moderno surgido da Reforma Protestante, Estado emancipado da Igreja e que a subordinou, foi condicionado pelas mudanças econômicas e sociais, como as transformações do feudalismo, expansão comercial, que antecederam a possibilitaram a reforma religiosa.

Considerando a dialética existente entre as relações sociais concretas, o Estado, enquanto estrutura jurídico-política é o produto de relações desiguais entre as classes, e também produz e reproduz relações sociais desiguais. Assim, o Estado possui uma importante dinâmica estruturante responsável pela produção e reprodução de novas relações de exploração e opressão.

A dialética entre centralização/monopólio é expressão e conseqüência do caráter burguês do Estado Moderno, que não é um mero fenômeno do desenvolvimento da produção capitalista, se não que, se constitui numa condição intrínseca e, inclusive, em um agente político e econômico fundamental

para o surgimento, expansão e consolidação do capitalismo por todo mundo até os nossos dias.

Transformado pelo caráter burguês, o Estado capitalista, sua economia e o próprio sistema internacional de Estados, se desenvolve em uma implacável competição pela hegemonia, pela mesma supremacia que elevará sempre o Estado mais vasto ao controle de territórios, mares, ares, espaço e povos. A centralização de poderes no Estado levará também no sistema de Estados a uma centralização de maiores poderes nos maiores Estados, que então assumirão a forma de Impérios, conceito no qual descansa a verdadeira natureza dos Estados que são potências militares e geopolíticas em determinado momento histórico. O Império é um tipo particular de Estado que consegue a hegemonia de uma região e que disputa a supremacia no sistema mundial. O desenvolvimento do *estatismo* sempre leva, no sistema internacional de estados e pela lógica da concorrência e conquista que lhe é inerente, a formação de um Império que detenha a supremacia sobre outros Impérios e Estados rivais.

Este é o erro de extrapolar as tarefas histórico-universais de uma classe a outra precisamente quando a última tem como fim supremo a abolição das sociedades de classe. O Bakuninismo descobre e formula este princípio e o constitui como seu elemento componente, do que se desprendem os demais princípios e teorias relacionadas com a emancipação do proletariado e todo o que é relativo a tática e a política revolucionária.

1.2 Posição dos anarquistas frente ao pensamento de Marx e Engels

O proletariado porta em seu seio, vários pensadores que se constituem como suas frações intelectuais. Independente da corrente política que defenderam, todo socialista revolucionário honesto deve reconhecer aos autores suas contribuições ideológicas ao proletariado, deve cerrar fileiras contra os ataques capitalistas a ditos pensadores e assumir a crítica-correção dos erros destes intelectuais como parte de nossas tarefas internas, como parte do movimento socialista do proletariado mundial, segundo nossos princípios científicos e introduzindo as respectivas emendas.

Para os anarquistas revolucionários, Carlos Marx e Frederico Engels proporcionaram ao proletariado 2 descobrimentos dignos de se reconhecer:

a) O materialismo histórico, que permite a interpretação da história como um processo dialético de produção-reprodução da vida social com base na vida material, formado por uma recíproca relação entre as manifestações da vida intelectual, cultural e social e a vida econômica da sociedade humana.

b) A teoria da mais-valia, que desvela e demonstra o processo de acumulação capitalista baseado na exploração e opressão das massas trabalhadoras.

Para os anarquistas, o materialismo é um método científico que pode ser aplicado para resolver as distintas tarefas que a revolução exige. Todo proletário revolucionário deve reconhecer o correto e o vigente do materialismo se considera desde suas importantes contribuições como método científico para a observação, a análise e a resolução das tarefas das massas trabalhadoras.

Marx e Engels tiveram uma acertada aplicação do método que eles mesmos descobriram e formularam a respeito da análise e interpretação que realizaram das lutas de classe do passado, a respeito da crítica revolucionária da sociedade capitalista e o apontamento da necessidade de sua destruição pelo proletariado revolucionário. De maneira magistral ensinaram ao proletariado a forma correta de entender o passado e a realidade imediata, formulando pela primeira vez na história uma teoria capaz de estabelecer uma realidade multiforme, com relações de causalidade, criando assim as bases para uma acertada crítica-prática, quer dizer, de uma militância política concreta das classes exploradas e oprimidas conscientes da necessidade de sua emancipação. Esta é uma contribuição que ninguém poderá disputar com Marx e Engels e que os manterão vigentes até o triunfo total sobre a exploração burguesa.

No entanto, conceberam, desenvolveram e mantiveram muitos erros que custaram muitas derrotas ao proletariado ao longo do século XX, cujas conseqüências sofremos ainda hoje. Se foram grandes pensadores que nos deram grandes lições na História e na Economia Política, também foram autores de pré-determinações anti-dialéticas do próprio método que corretamente haviam formulado em relação à interpretação do passado e do presente, apresentando conduções mecânicas e unidimensionais para as novas tarefas

histórico universais das massas exploradas. Fundamentadas no campo da teoria em um erro de princípio da aplicação do Materialismo Histórico sobre as tarefas proletárias referentes ao que fazer no dia seguinte da derrocada da sociedade burguesa, quer dizer, sobre as tarefas da época pós-revolucionária que se condensam na teoria da “Ditadura do Proletariado”, tática máxima do marxismo revolucionário.

Cabe aqui apresentar a crítica às duas fontes de erro e degeneração teórico-política do marxismo. A primeira delas reside num dos núcleos centrais do materialismo histórico, é um erro de teoria. O segundo reside no centro do programa e estratégia, é um erro de política. Ambos os erros explicam as derrotas e degenerações dos marxistas.

Na interpretação do materialismo histórico existe um componente fundamental que é a idéia da “determinação do econômico” em última instância. Esse conceito refletia uma subestimação teórica tanto do papel do Estado quanto da própria luta de classes, de maneira que “o desenvolvimento das forças produtivas” em termos abstratos era considerado assim como critério fundamental. Esse primado do econômico como determinante em última instância rapidamente se transformou em uma pré-determinação mecanicista dentro da social-democracia internacional.

Ao mesmo tempo em que em teoria as forças produtivas eram consideradas como “centrais”, subestimando a ação das classes e do Estado, na política o Estado ocupava o lugar “central”. Exatamente porque em teoria o Estado era somente “determinado” pela economia (e não dialeticamente determinante dela), se considerava que o Estado era neutro e que o proletariado poderia apropriar-se dele enquanto um instrumento (é como se as técnicas e ferramentas fossem neutras, e a burguesia e o proletariado pudessem usar quaisquer ferramentas) para fazer reformas progressivas e mesmo revoluções.

A teoria da “Ditadura do Proletariado” se constitui como uma extrapolação anti-histórica e anti-dialética do programa burguês da época pré-capitalista ao programa proletário da época capitalista, como uma transposição das tarefas históricas da burguesia em sua luta por sua emancipação do feudalismo às tarefas históricas do proletariado em luta pela emancipação integral humana e sua própria aniquilação como classe explorada. É um con-

trabando tático e estratégico de uma experiência coletiva de uma classe para a outra.

Observando a luta da burguesia por implantar o sistema capitalista de produção, Marx deduziu com acerto as condições necessárias para implantar qualquer domínio de classe, o que se desenvolverá ao grau de se conformar na teoria geral da Ditadura do Proletariado, ainda que depois se omitiu à abordar o que este domínio implica para as classes no poder e se estas poderiam se sustentar sem se corromper ou tergiversar. No seio mesmo da sociedade feudal o capitalismo desenvolveu suas forças que culminaram com a supremacia da produção industrial sobre a agricultura feudal, as novas divisões do trabalho, a predominância da cidade sobre o campo, e a superação de todas as formas de produção e reprodução da vida até então conhecidas (a supremacia da produção sobre o consumo). Estas mudanças foram entendidas e interpretadas em seu conjunto pelo método do materialismo histórico e dialético, que impressionaram profundamente a Marx e Engels levando-os a extrapolar as tarefas histórico-universais que a classe burguesa havia realizado a classe que esta mesma havia engendrado e que estava chamado a sepultar: o proletariado; incorrendo assim, no erro de princípio que falávamos mais acima.

Marx extrapolou tais tarefas ao proletariado baseado em suas interpretações do curso das lutas burguesas e qual eram as condições necessárias a concretizar para estabelecer o domínio de classe; e este só pode se efetuar mediante a tomada do Estado (a nível histórico) por uma classe, retendo o poder em suas mãos e consolidando seu regime social, de cuja máxima e mais desenvolvida expressão temos, na classe burguesa, as repúblicas democráticas inspiradas no modelo Francês, no qual, de acordo com Marx, deve se desenvolver a confrontação final e decisiva entre a burguesia e o proletariado.

Além disso, a França considerada por Marx como modelo de evolução da burguesia representava mais uma exceção do que uma regra: na Inglaterra, na Alemanha e em outros países, a burguesia fez uma série de compromissos com o Ancient Regime, se incorporando nas ou incorporando as antigas oligarquias como frações de classe dentro do novo modo de produção que se expandia.

E esta tomada do Estado, esta conquista-retenção do Poder nas mãos de uma classe (neste caso, do proletariado) este princípio assimilado como eixo teórico orientador de todas as suas aplicações gerais e particulares a todas e a cada uma das áreas de luta do proletariado, levaram contradições de tão grandes dimensões em seu seio que, levadas até suas ultimas conseqüências no campo teórico e confrontadas com a experiência histórica (quer dizer, com sua comprovação experimental objetiva) dos últimos séculos, não resta mais que as explicar e as descartar por conter em si, os germes de sua própria aniquilação como método teórico-prático em relação com a luta moderna pela emancipação social humana que demanda (e demandou desde os tempos destes pensadores alemães) novas e inovadoras realizações.

Na realidade concreta, no campo da ação revolucionária, qualquer teoria conseqüente leva em si implicações político-práticas, implicações que a teoria da “Ditadura do Proletariado” não deixou de ter e as quais nos opomos tão firmemente não só por engendrar em seu seio o germe de sua própria aniquilação como teoria com uma mínima consistência interna, se não pelas conseqüência das suas políticas concretas e os resultados tão pobres que nos levaram a respeito da emancipação humana, sendo seu conteúdo essencial, sua composição elementar, um aburguesamento da política-prática do proletariado revolucionário, o reforço do estatismo e o abandono voluntário das inovações prático-experimentais das massas em ação. Se somos os primeiros a reconhecer as contribuições do pensamento marxista, somos também os primeiros a demonstrar os erros e iniciar as correções ante a necessidade histórica de seus formuladores. Opomo-nos ao aburguesamento do Materialismo Histórico que os mesmos Marx e Engels permitiram e sua conversão em “idealismo” revestido.

Assim, existem limites para apropriação do materialismo histórico de Marx e Engels e a necessidade de interpretar sua contribuição a partir dos parâmetros críticos – de teoria e política – aqui estabelecidos. E a concepção bakuninista do materialismo – tendo vários pontos de concordância com o materialismo histórico de Marx se diferencia deste último em vários aspectos importantes.

1.3 - Diferenças e contradições entre a concepção Estatista e Anti-estatista da Revolução

Entre a concepção estatista da Revolução de Marx e Engels e a concepção anti-estatista de Bakunin, existe um antagonismo inconciliável. Enquanto Marx e Engels toleraram e participaram do aburguesamento do Materialismo Histórico, Bakunin incorporou e reconheceu o método materialista e sua concepção filosófica do mundo. Enquanto Marx e Engels interpretaram de modo equivocado as tarefas histórico-universais do proletariado com base na extrapolação da experiência coletiva da burguesia ao proletariado, reconhecendo a necessidade do desenvolvimento do capitalismo e adotando tal necessidade como bandeira política, Bakunin fundou e desenvolveu uma teoria que fortaleceu e ampliou o campo de interpretação da história e permitiu desenvolver amplamente a natureza das tarefas histórico-universais do proletariado em sua luta pela destruição das relações de exploração, fundou e desenvolveu a teoria do estatismo.

A partir da teoria do Estatismo não só é possível ampliar a interpretação da história e esclarecer a relação existente entre o Capital e o Estado na opressão e exploração das massas trabalhadoras na atualidade e na realidade imediata de uma situação histórica específica, como, além disso, resolver a questão relativa à tarefa histórico-universal proletária, do que fazer no dia seguinte da derrocada da sociedade burguesa, quer dizer, diz respeito as tarefas da época pós-revolucionária que se condensam na teoria da “Abolição do Estado”, tática do proletariado anarquista.

As contradições entre o pensamento de Bakunin e o de Marx e Engels ultrapassa o campo da tática e se eleva a concepções gerais sobre a Revolução. Marx e Engels fundamentam suas concepções em uma interpretação parcial da História, realizada só com base na análise do Capital, caindo em mecânico e parco determinismo econômico, desestimando o papel do Estado, reduzindo esta maquinaria a um mero instrumento que bem pode servir a tanto a uma quanto a outra classe para cumprir suas tarefas histórico-universais. E uma interpretação desta natureza tem como resultado a concepção de que simplesmente é necessário valer-se do domínio de classe para atacar parcialmente, por graus e etapas a sociedade burguesa, a propriedade privada, a família e o Capital, deixando intacta precisamente a instituição histórica na

qual se fundamenta e produz-reproduz a exploração e a opressão das massas trabalhadoras, deixando intacto a Estado.

A concepção estatista da revolução, representada pela teoria geral da “Revolução Permanente” defendida pelo marxismo revolucionário como o programa histórico do proletariado, abre indefinições tão nefastas como a quase teoria do “período de transição” que encobre o aburguesamento reformista desta concepção, deixando para depois a resolução da questão da exploração das massas, questão que deve resolver uma autêntica Revolução Social que se pretenda enquanto tal.

Em contrapartida, Bakunin demonstrava desde os tempos da AIT esta contradição, apontando não só a tática correta de **abolir o Estado**, como também elabora toda uma teoria geral sobre o caráter integral da Revolução Social. Esta teoria não só incorporará a necessidade colocada pelo marxismo de destruir o Capital, como também apontará que uma de suas condições e conseqüências é precisamente destruir o Estado e não só esperar por sua “extinção”, como também lutar de forma consciente por sua abolição.

O próprio Bakunin teve oportunidade de presenciar uma capitulação tática de Marx frente a um acontecimento gigantesco para a vida social, aonde não só se demonstrou a possibilidade de destruir o Estado Burguês, como também abolir gradualmente o Estado como instituição histórica da sociedade de classes e substituir-la por organismo baseados nos princípios fundamentais do pensamento de Bakunin, o Federalismo e o Socialismo, este acontecimento que entrou para a História como a grande Comuna de Paris de 1871.

Contrariamente aos pressupostos da Revolução Permanente, a Revolução Integral considera como condição necessária para a destruição do capitalismo a destruição e abolição do Estado; que não é outra coisa, se não, a descentralização gradual (gradual, em relação com o processo vivo mesmo e não com etapas metafisicamente definidas), a substituição dos Estados pela Confederação Universal dos Trabalhadores Livremente Associados, com o prefácio político-prático da destruição violenta do Estado Burguês. De nenhuma maneira este princípio se contrapõe a necessária centralização econômica que supõe o socialismo.

A abolição do Estado como primeiro passo efetivo na realização do Socialismo, entendido como princípio tático, explica da melhor forma questões tão

importantes como a relação do proletariado com as classes, e o início de um processo inteiramente novo na história da humanidade na qual os proletários revolucionários de hoje pouco ou nada tem a imitar aos jacobinos de 1789. Temos de inventar e criar tudo.

Esta concepção da revolução só é possível por que Bakunin vê que o método materialista não pode ser rebaixado a uma interpretação unidimensional da evolução histórica, e que sendo o fator econômico o determinante, tal fator só poderia ser determinante de forma relativa, sendo em contrapartida um processo de movimento permanente: uma relação dialética na qual a política é também determinante em relação à economia.

Estas questões práticas compõem a integralização da revolução, que parte de uma integralização da dialética dentro da estratégia política, que havia sido negada pelos erros de princípios de Marx e Engels, induzidos pelo estabelecimento de um esquema unidimensional de evolução em direção do desenvolvimento do capitalismo e a extrapolação das tarefas histórico-universais da burguesia ao proletariado.

1.4 - O revisionismo no Anarquismo

Uma vez consolidada a necessidade do Socialismo, seu caráter científico e emancipador e suas primeiras tentativas práticas, a burguesia teve que reconhecer-lo e empreender uma luta de contaminação ideológica. O Anarquismo não foi uma exceção. Depois do retiro e morte de Bakunin, as derrotas do proletariado na França, Espanha, Itália e Rússia produziram uma desorientação nos anarquistas revolucionários da época. Como consequência disto, muitos deles começaram um processo de revisão nas teorias de Bakunin que, junto com a deficiente difusão e sistematização de seu pensamento, resultou no nascimento histórico do revisionismo, um desvio programático genuinamente burguês do Anarquismo Revolucionário desenvolvido e defendido por Bakunin.

O revisionismo é o produto histórico da influência ideológica burguesa nas filas das correntes socialistas proletárias que se sobrepõe aos indivíduos e se constitui em uma verdadeira ofensiva burguesa em nossas próprias fileiras. O revisionismo adquire diversos aspectos e apresenta diferentes aparências, no

entanto, no fim seu caráter é o mesmo. O revisionismo não é um simples desacordo de opiniões de autores clássicos, não é um “capricho dogmático” dos revolucionários socialistas por um desacordo entre essa ou aquela opinião, se trata de uma revisão, uma negação dos fundamentos histórico-universais do Socialismo, por tanto, é uma luta do proletariado contra a burguesia em seu próprio terreno, a luta pela independência ideológica e política do proletariado em sua luta de classe contra a burguesia, uma luta necessária, permanente e implacável.

O revisionismo no Anarquismo Revolucionário assume desde o início um caráter eclético, isto é, que busca conciliar fundamentos histórico universais, programa e táticas não só contraditórios, como também antagônicos, semeando a confusão e a desorganização nas fileiras ideológicas proletárias sendo esta característica uma causa e consequência de sua incapacidade histórica para direcionar o proletariado em sua luta contra a exploração capitalista. Surge de um esforço para mesclar as idéias de Bakunin e Marx justamente no plano em que elas são opostas, na concepção das tarefas históricas, no programa, na tática e na estratégia.

Estes posicionamentos são os embriões das formas do que se conhece como “anarco-sindicalismo” e “anarco-comunismo” que se desenvolveram nos primórdios do século XX. Estas posições revisionistas constituíram, de maneira mal feita na maioria das vezes, novas teorias, híbridas por definição, que são a sustentação ideológica de uma série de práticas amorfas e carentes de perspectiva revolucionária.

Por um lado, o “anarco-comunismo”, tendência eclética de caráter pequeno-burguesa, irá negar exatamente as contribuições do pensamento marxista: O Materialismo Histórico e a crítica da economia burguesa. O principal exemplo se encontra no pensamento de Enrique Malatesta, quem não só deprecia a luta de classes no terreno da ideologia, como também, como um bom pensador pequeno-burguês, acredita que os pensamentos se encontram acima da luta de classes e que se podem juntar quaisquer pensamentos tão antagônicos graças a obra da “vontade”. Foi por isso que ele rompe com o bakuninismo em nome de uma conciliação do “anarquismo” com o “comunismo”.

A ruptura fundamental estabelecida entre o revisionismo “anarco-comunista” e o Anarquismo Revolucionário no campo da teoria tem sua má-

xima expressão no critério que o primeiro tem para analisar a história e a sociedade que não é o trabalho como base do socialismo, que é a forma materialista de abordar a questão, e sim no critério que não só abandona esta base programática como também a sepulta magistralmente com sua fórmula pequeno-burguesa “a cada um de acordo com as suas necessidades”.

Este desvio programático implica em uma renúncia tácita, semi-consciente, da contradição entre as classes. A supremacia da necessidade é a afirmação da supremacia do indivíduo contra a supremacia das forças coletivas do trabalho, que implica uma falsa contradição de natureza anti-dialética que supõe a oposição indivíduo/sociedade dando origem a uma falsa hostilidade, em vez de resolver a contradição pela via socialista em que a existência de um supõe a relação e influência do outro e vice-versa.

Na prática este desdém se expressa na negação de uma organização política de revolucionários anarquistas, e organismos sociais baseados na descentralização política e o federalismo, baseados em uma centralização econômica socialista, organizada civilmente em relação aos direitos gerados pelo trabalho, criando um vazio programático e organizacional que se manifestará nas grandes derrotas históricas onde os revisionistas pseudo-anarquistas tomaram parte ativa.

Outra manifestação do revisionismo pequeno-burguês pseudo-anarquista se expressa no fenômeno conhecido como “individualismo”, que supõe a falsa contradição hostil entre qualquer organização e o indivíduo, pondo a liberdade abstrata deste em contradição com os interesses daquele, suprimindo a luta de classes e a dialética sob o amparo do individualismo idealista burguês, que teve grandes partidários contraditórios nas expressões pseudo-anarquistas conhecidas como síntese, gerou fenômenos como a “propaganda pelo fato” dos finais do século XIX, e que pretendia conciliar ecleticamente as contradições derivadas do idealismo abstrato em práticas concretas que derivaram na negação de toda responsabilidade política séria. Hoje em dia parece haver um ressurgimento destas práticas na chamada “informalidade violenta” e “emancipadora”.

Uma corrente que se coloca acima das anteriores, é o revisionismo “anarco-sindicalista”, cuja máxima expressão foi a Confederação Nacional do Trabalho (CNT) espanhola, fundada em 1910. Esta corrente é superior às acima mencionadas em relação com a essência de sua natureza, que é seu início e

fim, e os aspectos positivos que dela derivam. Para a luta prática, o revisionismo “anarco-sindicalista” deu grandes lições de lutas de massas, nas quais a atividade de massas se colocava no centro das lutas, ao menos, nas tarefas do período anterior a Revolução, isto é, nas lutas reivindicativas dirigida por esta corrente contra o Capital e o Estado burgueses. As lições derivadas destas experiências constituem sem dúvida grandes lições para as próximas lutas do proletariado, pois ensinaram de boa maneira formas concretas de abordar a lutas econômicas sob a atividade orientada pelas tendências revolucionárias desta corrente. No entanto, este “economicismo” revisionista levou a liquidação total ou menosprezo da organização política revolucionária levando esta negação a tal ponto, que chegada a hora suprema de direcionar a revolução, entregou com todas as honras o poder a pequena-burguesia levando as massas, no caso espanhol, a uma grande derrota do proletariado digna de maior atenção.

A característica principal desta corrente liquidacionista está em não se livrar da influência burguesa e fazer abstração da dialética entre a luta econômica e a luta política do proletariado, pondo a primeira por cima da segunda, caindo em uma redução economicista da luta de classes. As conseqüências táticas desta concepção se expressam na consigna da “Greve Geral revolucionária” que se supõe que derrocará por si só o Capital, e sua política pós-revolucionária da supremacia dos sindicatos para a edificação do socialismo.

É por isso que não é possível abdicar da luta ideológica e teórica. Nem tentar promover conciliações ecléticas superficiais. A análise das experiências revolucionárias e da luta de classes demonstrará como esses dois comportamentos produziram sucessivas derrotas e conduziram a capitulações dos trabalhadores.

2 - As grandes derrotas da revolução social: Rússia, Espanha e América Latina

A crítica dos diferentes projetos, revolucionários e reformistas, não pode ser senão a crítica da experiência das lutas dos trabalhadores nos últimos anos. As diferentes correntes teóricas analisadas acima estiveram presentes nas principais experiências de luta dos trabalhadores na primeira metade do século XX. Todas elas levaram à derrotas do processo revolucionário. Isso em razão das suas debilidades teóricas e ideológicas e do caráter eclético dos seus objetivos programáticos e da natureza de classe das suas alianças. Além de erros táticos na condução do processo de luta.

Para reconstruir o sindicalismo e o movimento revolucionário bakunista internacional é preciso então uma crítica severa dessas correntes. E isso é o balanço do seu papel na história. Nesse sentido, devemos analisar os acontecimentos chave do século XX. A revolução russa e a guerra civil espanhola, na Europa, e o processo de emergência dos governos Ditatoriais-Militares na América Latina nos anos 1930-80 explicitam as contradições e crise do movimento socialista internacional.

2.1 - A revolução russa e a degeneração do marxismo

A revolução russa mostra a degeneração do marxismo. Mas também denuncia pelo caráter marginal ocupado pelo anarco-comunismo, suas contradições. Somente na Ucrânia, num dos países subordinados pelo Império Russo, um movimento de massas significativo se desenvolveu, e graças à ruptura com os postulados do anarco-comunismo e do anarco-sindicalismo.

A composição do movimento de massas na Rússia se dava da seguinte maneira. Existiam duas grandes organizações partidárias, o Partido Operário Social-Democrata (filiado a II Internacional) e o Partido Socialista Revolucionário. Os grupos anarco-comunistas eram representados por inúmeros pequenos grupos locais. Todos os grupos eram subdivididos em correntes de

direita e esquerda (melhor exemplificada pela histórica divisão entre bolcheviques e mencheviques), mas os SR e anarquistas também.

Podemos dizer que o processo revolucionário russo se desenrolou em torno de duas questões fundamentais: a posição frente à derrubada da monarquia e a posição ante a Primeira Guerra mundial imperialista. Na dinâmica da revolução russa podemos encontrar a experiência de aplicação da teoria da revolução permanente ou etapista do marxismo. E como ela foi sucessivamente mostrando suas contradições e permitindo a integração sistêmica do marxismo. Isso fica explícito pelo desenrolar da própria luta revolucionária. O setor marxista que conseguiu se tornar dirigente da revolução foi exatamente o setor que rompeu com a Internacional Social-Democrata em razão da sua posição diante da Guerra.

Lênin nos textos “O Oportunismo e a Falência da Segunda Internacional” (1916) e “Teses de Abril” (1917) deixa claro como o marxismo do período anterior havia degenerado. Ao mesmo tempo explicita como o marxismo desenvolvido pelos bolcheviques na situação pré-revolucionária possibilitou que depois da revolução de 1917 ele fosse levado a cumprir um papel contra-revolucionário.

Em primeiro lugar, é importante notar que o texto está marcando a cisão dos Bolcheviques com II Internacional, com o Partido de Marx (o KPD). O motivo foi a capitulação da II Internacional diante da política nacionalista e seu apoio a guerra imperialista. Os oportunistas, dizia, negavam a oposição a Guerra diante da “guerra”. Quer dizer, a II Internacional possuía uma caracterização teórica correta, mas na hora da decisão esqueceu sua teoria por falta de ideologia revolucionária, vontade política. *“O caráter relativamente «pacífico» do período de 1871 a 1914 alimentou o oportunismo primeiro como estado de espírito, depois como tendência e finalmente como grupo ou camada da burocracia operária e dos companheiros de jornada pequeno-burgueses”.*

O oportunismo tenderia no plano político a se reduzir ao legalismo e parlamentarismo e no plano de massas ao economicismo mais estreito e nacionalista.

Se no cenário Internacional, os Partidos Social-democratas já manifestavam sua capitulação, no contexto russo tal fato se daria em 1917. As teses de Abril de Lênin são escritas em 1917 depois da revolução de fevereiro. Nesse

contexto, as duas alas da Social-Democracia russa, Mencheviques e Bolcheviques, começavam a confluir para o apoio a uma forma de revolução democrático-burguesa. Lênin ao contrário, retorna a Rússia defendendo uma outra linha programática. Seria necessário passar das tarefas democráticas (derrubada da monarquia) as tarefas socialistas. Ele afirma que o intervalo de tempo entre uma etapa e outra é curto e não indefinido. Passa a defender a Supressão do Exército, da Policia e da Burocracia, a Equivalência dos salários em um Estado “Tipo-Comuna”. As propostas de Lênin são acusadas pelos próprios bolcheviques de “bakuninismo”. Lênin percebe que seria preciso romper com os pressupostos do próprio marxismo internacional e do próprio bolchevismo: apresentar um novo programa e uma nova interpretação das etapas da revolução permanente.

Mas seria no Estado e a Revolução que ele afirmaria que “passada a rápida etapa da revolução democrático-burguesa a revolução socialista, se inauguraria uma etapa histórica de longa duração e transição do socialismo ao comunismo”. Assim, Lênin rompe com II Internacional ao aceitar As táticas de luta clandestina e negar a redução parlamentarista e nacionalista, mas não rompe com a teoria da revolução permanente e transposição das tarefas histórico-universais da burguesia ao proletariado.

E nessa defesa do papel legítimo do Estado na revolução e da longa duração da transição entre as etapas (assim como havia acontecido com a II Internacional) dá margem para a formação de um novo tipo de oportunismo, que vai gerar uma nova classe dominante dentro do Estado revolucionário. Mas a especificidade da perspectiva de Lênin é que isso essa degeneração só poderia se manifestar na situação pós-revolucionária, porque ele modificou substancialmente a teoria marxista da revolução permanente.

Mas processo de degeneração da revolução e do bolchevismo é abordado por Trotski ao longo dos anos 1920 e 1930. E ele já consegue identificar que o bolchevismo estava se transformando na teoria do “socialismo num só país”, em que mais uma vez o Estado, o nacionalismo e a acomodação ao capitalismo estavam predominando dentro do marxismo.

Trotski dirige sua crítica à direção do PCUS, que ele denomina de “velhos bolcheviques” (Stálin, Bukharin, Zinoviev e Kamenev). O debate se dá em torno de duas teorias: a teoria da revolução permanente e depois teoria do socialismo num só país. Em primeiro lugar, Trotski desmascara o mito

revolucionário do bolchevismo ao mostrar a contradição entre a áurea de “revolucionários” dos chamados velhos bolcheviques e sua atuação no momento decisivo, o ano de 1917. Neste período os “velhos bolcheviques” tiveram um posicionamento democrático-burguês idêntico aos mencheviques (ou seja, postulavam apenas uma revolução democrática, que substituísse a monarquia pela democracia, e não a revolução socialista). Somente com o retorno de Lênin é que o Partido Bolchevique dá uma guinada à esquerda. Trotski indica que nenhum dos velhos Bolcheviques *“foi capaz de no momento histórico mais grave e mais cheio de responsabilidades, nenhum deles foi capaz de utilizar, por si, toda a experiência teórica e prática do Partido”*.

Ou seja, o oportunismo que Lênin havia denunciado como estado de espírito, tendência e camada dirigente da burocracia operária, que teria tomado a Direção Política da II Internacional se desenvolveu também no interior do partido bolchevique, fazendo este pender para a uma via de revolução democrático-burguesa. A vitória da linha de Lênin e Trotski em Outubro foi o resultado da aliança da linha revolucionária minoritária na Direção do Partido com as bases populares neste momento mais avançadas (já que, por exemplo, a insurreição só foi aprovada numa reunião ampliada do CC dos Bolcheviques com participação das bases operárias, e ainda, tendo de ser submetida a duas votações, pois os dirigentes do partido votaram contra a mesma”). Trotski indica que nas concepções teóricas e no estado de espírito do “marxismo vulgar”, predominante na II Internacional (inclusive na Rússia), existia um lapso histórico enorme, de décadas, entre o estágio Democrático (ou seja, entre a revolução democrático burguesa) e o estágio Socialista. Esta concepção predominava não somente entre os mencheviques, mas também na maioria dos dirigentes bolcheviques. Os problemas da revolução socialista ainda eram “o prelúdio obscuro de um futuro ainda longínquo”.

Assim, a história do marxismo no século XX foi a da ruptura com a burocratização da Internacional Social-democrata e seu ressurgimento dentro da III Internacional e de todas as variantes do marxismo que partiam da sua base teórica (o maoísmo, o gramscianismo) e mesmo o trotskismo, que não rompe com o etapismo da teoria da revolução permanente. Assim, esse dilema do marxismo se manifestaria numa eterna oscilação entre as políticas de direita (parlamentarismo, legalismo com diferentes expressões históricas, como o bernsteinismo, o stalinismo), de esquerda (o maoísmo, o trotskismo) e

ultra-esquerda (conselhismo, e foquismo). Essas variantes ao mesmo tempo permitiram uma freqüente integração do marxismo ao sistema capitalista e a renovação do seu fôlego nas lutas de libertação nacional e de massas. Quando o marxismo conseguia cumprir um papel importante e revolucionário na situação pré-revolucionária, na situação pós-revolucionária ele estava fadado a burocratização e contra-revolução.

Não é possível falar da Revolução Russa sem falar da revolução na Ucrânia. Se o marxismo revolucionário em 1917 se desenvolve pela ruptura com as bases da Social-democracia Internacional que predominavam na Rússia, o anarquismo revolucionário se desenvolve pela negação das bases teóricas do anarco-comunismo internacional representado na Rússia pelo individualismo literário e conservador de Tolstoi e pelo educacionismo de Kropotkin. Tal debate é expresso por Makhno em seu diário que sustentava que *“Devemos, sem tardança, começar a organizar uma União dos Camponeses de nosso grupo. Este fato apresenta duplo interesse: impediremos, por aí, que o elemento hostil a nosso ideal político se estabeleça (...) O camarada Kalinitchenko condenou severamente meu ponto de vista, pretendendo que nosso papel de anarquistas, no decorrer da revolução atual, deveria limitar-se a divulgar nossas idéias...”*

A história da revolução na Ucrânia e condicionada pela confrontação entre três forças. Três forças políticas importantes, muito diferentes, estavam em ação na Ucrânia: 1) Petliurovstchina – movimento nacionalista, de nome oficial Rada, composto pela burguesia nacional e que conseguiu uma adesão de segmentos das frações trabalhadoras; 2) Bolchevismo – o Partido/Estado; 3) Makhnovtchina – movimento de massas, de base camponesa e orientação anarquista. Deu-se então um longo processo de guerra civil cheio de avanços e recuos, sendo que a força revolucionária anarquista conseguiu avançar na libertação de territórios. A derrota da revolução na Ucrânia se dará pela combinação de diversos fatores. Mas como o próprio Makhno em seus Diários e Archinov em seu livro *“A Insurreição dos Camponeses da Ucrânia”*, o fator militar e da repressão foi apenas um. Outro fator importantíssimo foi a debilidade organizativa, teórica e programática do próprio movimento. Conseguindo cumprir um papel importante ente 1918-1920, a insurreição camponesa da Ucrânia serviria como base histórica das formulações da Plataforma de Organização em 1926. E a derrota da revolução russa é também

explicada pela incapacidade do anarco-comunismo e anarco-sindicalismo se apresentarem como alternativas revolucionárias.

2.2 - A guerra civil espanhola e a degeneração do anarco-sindicalismo e anarco-comunismo

O anarco-sindicalismo é um fenômeno do século XX e ele é parte do desenvolvimento das grandes centrais sindicais. A criação da CNT em 1910 tomando por base a CGT francesa inaugura assim um processo de luta na Espanha que menos de três décadas depois resultaria na guerra civil. O anarco-comunismo vai se desenvolver em parte dentro e em parte a margem e/ou contra o anarco-sindicalismo. O processo de luta de classes na Espanha, assim como na Rússia, se desenvolveu tendo por base também a luta contra a monarquia, basicamente até 1923 e deste ano até 1930 contra a Ditadura, comandada pelo General Primo Rivera. Ele então é derrubado e é proclamada a República com a convocação de eleições. Até 1933 o Governo será composto pelos partidos republicanos de esquerda e socialistas, quando a direita começa a avançar. Em fevereiro de 1936 são convocadas eleições num contexto de guerra civil velada, com terrorismo de direita e movimento operário em armas.

É nesse momento que as contradições do anarco-comunismo e anarco-sindicalismo espanhol, expressos ambos dentro da CNT-FAI irão se demonstrar de forma gritante. Se no caso do marxismo revolucionário as contradições só apareceram de forma mais clara na situação pós-revolucionária, no caso do anarco-comunismo e anarco-sindicalismo (assim como da social-democracia) elas apareceriam pela sua capitulação na situação pré-revolucionária. O trecho abaixo, de uma resolução de plenária da CNT/FAI ilustra bem essas contradições teóricas e seus efeitos práticos, do «Informe del Comitê Peninsular de la Federación Anarquista Ibérica al Movimiento Libertario Internacional» (septiembre 1937), firmado por Santillán, Germinal De Souza, Pedro Herrera y Federica Montseny: *“Éramos efetivamente os donos da situação. Mas imediatamente, nos formulamos as seguintes perguntas: o fascismo não está abatido ainda em toda a Espanha. Fora da Cataluña não somos a força predominante. Devemos compartilhar as responsabilidades e os direitos com as forças anti-*

fascistas (...) não há que proclamar o comunismo libertário. Procurar manter a hegemonia nos comitês de milícias antifascistas e afastar toda realização totalitária de nossas idéias”.

A estratégia “stalinista” da III Internacional representava a aplicação da teoria da revolução permanente já sob a ótica da nova classe dominante russa, a nomenklatura. Dessa ótica, as revoluções deveriam se subordinar as etapas democrático-burguesas como parte da política internacional da URSS, ou seja, não deveriam extrapolar a construção de repúblicas burguesas. Essa linha foi aplicada na Espanha ao colocar a tarefa da luta anti-fascista (que era uma apenas adequação da prioridade da luta anti-monárquica ao novo contexto). O centro dessa etapa seria a aliança com a burguesia democrática. Na Frente Popular deveriam estar o movimento operário e a burguesia nacional, que fariam uma aliança contra Franco. Assim, apesar do dogmatismo anti-marxista, o anarco-sindicalismo e anarco-comunismo espanhol se integraram na política derivada da teoria marxista da revolução permanente e objetivamente nas estruturas do Estado burguês.

Esse processo derivava fundamentalmente das deficiências teóricas e ideológicas do movimento, que foram percebidas e combatidas mesmo que tardiamente pela agrupação oposicionista da CNT-FAI Los Amigos de Durruti. Tal oposição denuncia a capitulação da direção da CNT-FAI e a degeneração dessas organizações, materializadas no fenômeno do “ministerialismo”. Los Amigos de Durruti através do jornal Amigo do Povo fizeram a oposição a esse processo “o que verdadeiramente contribuiu, quer dizer, decidiu sensivelmente a perda de uma revolução que somente podia escapar das mãos de uns incapazes, é a falta de uma diretriz que houvesse marcado de uma maneira inconfundível o caminho a seguir. (...) As revoluções sem uma teoria não seguem adiante. A total ausência de uma teorização séria nos anos que antecederam a guerra civil espanhola, especialmente nos anos 1920, não era um problema exclusivo do anarco-sindicalismo espanhol. Ele era um traço estrutural do anarco-comunismo e anarco-sindicalismo internacional, que ficou claramente manifesto na reação contrária ao plataformismo liderado por Makhno e Archinov.

As contradições derivadas do ecletismo teórico não se manifestaram apenas durante a Guerra Civil Espanhola, mas ao longo de toda a década de 1920 e início de 1930. A adesão a apolítica de “frente popular” formulada pela URSS, já tinha sido ensaiada antes, com a adesão acrítica

das centrais anarco-sindicalista a Internacional Sindical Vermelha dirigida pelo Partido Comunista da URSS na década de 1920. Na prática isso levou a toda uma política de colaboração de classe, que fez que figuras como Frederica Montseny, Diego Abad Santillan, Garcia Oliver e outros, fossem integrados na estrutura de Governo Espanhol, primeiro por meio do Comitê de Milícias Anti-Fascistas, e depois como ministros de diversos conselhos de estado. O ministerialismo foi a forma histórica concreta mais avançada e grave de degeneração do anarco (comunismo e sindicalismo).

Essa capitulação ante o capitalismo seria assumida abertamente por Santillán no final de sua vida. Em *“estratégia e táctica. Ontem, hoje, amanhã”*, Santillán apresenta as linhas finais da evolução de seu pensamento e de sua política: *“Primeiro: [...] o capitalismo não é mais uma massa uniforme e petrificada, é um conjunto de atitude e de categorias que não se mostra sempre solidária nem sequer frente aos adversários comuns; Existe um capitalismo que poderíamos qualificar de compreensivo e progressista, que observa a evolução obrigada da economia atual; [...] Segundo: A grande revolução de hoje é a reforma; a barricada já cumpriu sua missão, se é que teve uma missão, e nas condições atuais é muito mais um caminho para a contra-revolução do que para a realização de um progresso efetivo e de uma autentica libertação; A propagam e recorrem a ela precisamente os que não aspiram a liberdade nem a democracia, senão a instauração de novos despotismos. Terceiro: Resumindo, achamos que hoje importa muita mais a luta contra o totalitarismo estatal que contra o sistema capitalista que já mostra fissuras suficientes para que o espírito de iniciativa e desejo criador podem praticar formas de vida econômica não-capitalista”*. Essas posições mostram claramente a evolução e degeneração final da concepção revisionista, eclética e sintetista: Santillán elabora de forma clara e aberta aquilo que a experiência histórica dos anos 1920/30 tinha praticado sob forma envergonhada: a possibilidade de coexistir e aceitar o capitalismo, e praticar o socialismo libertário como experiências marginais dentro do sistema.

Essa contradição já havia sido analisada por Nestor Makhno, anos antes da Guerra Civil, que advertira da presença de elementos ideológicos burgueses e contra-revolucionários no anarquismo espanhol. Na sua carta aos anarquistas espanhóis durante a crise de 1931, ele advertia: *“Queridos companheiros Carbó e Pestaña: Transmita a nossos amigos e companheiros espanhóis e, através deles, a todos os trabalhadores, (...) O proletariado*

espanhol (operários, camponeses e trabalhadores intelectuais) deve unir-se e impor a maior energia revolucionária para dar lugar a uma situação em que a burguesia não tenha oportunidade para opor-se a conquista da terra, das fábricas e das liberdades completas; situação que cada vez seria mais ampla e irreversível (...) Ao meu ver, a federação anarquista e a Confederação Nacional do Trabalho devem considerar essa questão seriamente. (...) Do mesmo modo, não devem temer em assumir em suas mãos a direção estratégica, organizativa e teórica do movimento popular. Obviamente devem evitar unir-se com o partidos políticos em geral e com os bolcheviques em particular, já que imagino que os bolcheviques espanhóis serão bons imitadores dos seus colegas russos. Seguirão os passos do jesuíta Lênin ou inclusive os de Stalin, (...) o silenciamento de todas as tendências revolucionárias e o fim da independência das organizações dos trabalhadores".

Na realidade podemos resumir essa concepção do reformismo libertário (ou seja, um reformismo de base anarco-comunista anarco-sindicalista) em alguns traços fundamentais: A) A concepção teórica e de revolução: a idéia de revolução nunca é associada à guerra revolucionária, ao contrário, essa é negada. A revolução é vista como uma transformação moral; B) Estratégia política economicista e cooperativista: retomando elementos da antiga social-democracia e anunciando os elementos da concepção pós-moderna de “revolução pacífica” dentro do capitalismo, vislumbra-se a idéia de formação de cooperativas de trabalhadores que teriam o papel de educação e gestão compartilhada das instituições capitalistas, criando comunidades supostamente auto-isoladas dentro do capitalismo e que seriam a expressão de organismos “libertários”; C) Identificação com o liberalismo: A crítica do Estado é reduzida à crítica do excesso de governo e de fiscalização das atividades e iniciativas individuais.

Em seu texto, “A História da Revolução espanhola, o papel jogado pelos socialistas de direita, esquerda e pelos anarquistas” Maknho aprofunda ainda mais suas críticas: “O que impediu que os anarquistas convertessem suas convicções em prática, transformassem uma revolução democrático-burguesa em revolução social? Primeiro, a ausência de um programa específico e detalhado impediu a unidade na ação, a unidade que determina a propagação do movimento (...) Em segundo lugar, os nossos camaradas espanhóis, como muitos outros camaradas de várias localidades viam o anarquismo como uma igreja itinerante da liberdade. (...) Isso nesta ocasião,

ao invés de realizar a tarefa histórica de desenvolver o anarquismo em tempos de revolução. Com todo o prestígio de que gozam aos olhos dos trabalhadores no país, os comunistas-libertários espanhóis e anarcosindicalistas falham ao não inclinar a cabeça das massas para a revolução, e titubeiam entre a Revolução e concepção pequeno-burguesa da mesma."

Makhno previu os grandes desvios e limitações, teóricas e organizacionais, do anarquismo espanhol. Makhno, que havia sido chamado de bolchevique, advertia sobre o perigo incutido nas alianças com o partido comunista e com o partido socialista. Esta seria realizada na política da frente popular na qual a CNT/FAI foi incorporada anos depois. A derrota do sindicalismo revolucionário do período entre guerras (1914-1945) permitiu o fortalecimento da política de direita do marxismo, consubstanciada no modelo da Frente Popular, que foi adotado e exportado para diversos lugares e contextos, especialmente para a periferia do capitalismo, em continentes como a América Latina, e permitiu que a fraqueza e a deterioração do anarcosindicalismo e das correntes revolucionárias do marxismo. A derrota do proletariado espanhol como Makhno advertiu, se constituiu em uma derrota do setor revolucionário em escala mundial, que seria difícil de superar. Assim, sua crítica é importante. Ao mesmo tempo, a luta de classes na periferia capitalista, particularmente na América Latina, demonstraria as limitações de tais correntes. Agora discutiremos estes acontecimentos:

2.3 - A crise do sindicalismo revolucionário na América Latina e as sucessivas capitulações de anarco-comunistas, comunistas e nacionalistas

A história do movimento operário e socialista na América Latina é também complexa. E ela é representativa da história das correntes socialistas nas periferias do capitalismo. Alguns fatores foram fundamentais nessa história: a) o primeiro entre 1870 e 1890 é aquele contexto da repressão contra a AIT do período pós-Comuna de Paris, em que os socialistas internacionalistas tinham um espectro eclético, derivados do processo de revisão e negação do bakuninismo e influenciado pela emergência do terrorismo individual e individualismo pequeno-burguês, que chegará à América Latina e influenciará o proletariado e suas primeiras formas de organização; b) o

segundo se desenvolve entre 1890/1930, em que temos como marco a revolução Russa. Nesse período começam a ser formados os Partidos Comunistas alinhados a III Internacional; um terceiro contexto é formado pela emergência do nacionalismo estatista burguês depois da crise 1929 e que evoluirá de diferentes formas até 1980; c) o terceiro começa na década de 1980 e se estende até os dias de hoje pela confluência de vários elementos oriundos desses processos anteriores.

Podemos dizer que no primeiro contexto a busca pelos países da América Latina pelos internacionalistas remanescentes da AIT, era influenciada em grande parte pela concepção de Bakunin de que a revolução se daria nos países da periferia, partindo daí para o centro. Nesse primeiro movimento, chegam militantes, inclusive o próprio Malatesta, que atuarão em países como Argentina e Uruguai, criando organizações sindicais similares aos parâmetros dos Socialistas inspiradas pelo marxismo seria incipiente, exatamente porque a orientação da II Internacional Social-democrata priorizava os países industrializados do centro do capitalismo. Nessa primeira etapa da formação do movimento operário na América Latina, os elementos do sindicalismo revolucionário chegariam de forma difusa e em diferentes graus em toda América Latina, especialmente em países como Brasil, Argentina e México que são emblemáticos da evolução posterior.

Mas será no segundo período, entre 1890 e 1930 que se darão os acontecimentos mais importantes. A debilidade da presença do marxismo será superada, já que pela linha da III Internacional seria necessário atuar nos países “atrasados” do capitalismo. E as burguesias e os Estados irão desenvolver instrumentos de repressão, controle e cooptação dos trabalhadores. Até a crise de 1929, o sindicalismo revolucionário era uma força importante e algumas variantes como anarco-sindicalismo na Argentina, chegaram a ter uma presença destacada na direção do movimento operário e camponês. A experiência da revolução mexicana (1910-1917) demonstrou ao mesmo tempo toda a potencialidade do movimento operário, popular e camponês que levaram a medidas igualitárias importantes, sendo o principal legado delas a Reforma Agrária. Por outro lado, deixaram evidentes fortes debilidades, que levou a sua derrota ainda durante a revolução. Além disso, o processo revolucionário mexicano também demonstrou as linhas tênues em que se organizou política e ideologica-

mente o campo revolucionário popular do país, sendo que este perdeu a disputa para o setor constitucionalista, vinculado à burguesia radical. Aqui nos interessa assinalar o papel revolucionário desempenhado pelo campesinato, que se colocou como sujeito da luta revolucionária, dissolvendo assim o fetiche marxista e anarco-sindicalista da figura do operariado industrial como sujeitos revolucionário "a priori". Isso também ajudará a compreender o papel contra-revolucionário e conciliador exercido pela Casa del Obrero, representante mexicano do anarco-sindicalismo e também do ecletismo mexicano. Dentro do movimento popular e operário Mexicano havia a influência do anarquismo ecletista (anarcocomunismo, anarcosindicalismo), ainda que no século XIX houvesse uma seção da AIT influenciada por bakuninistas e proudhonistas. O fato é que o anarquismo ecletista mexicano (basicamente o anarcocomunismo) estava presente fundamentalmente na atuação de Ricardo Flores Magon no Partido Liberal Mexicano e, anteriormente, na Casa Del Obrero, fundamentalmente entre os anos de 1906 e 1910, desenvolvendo um anarcosindicalismo. Além disso, atuará na articulação de greves e de levantamentos indígenas e camponeses. Por outro lado, as forças populares da revolução mexicana estavam ligadas a Emiliano Zapata e Pancho Villa. Os dois organizaram exércitos que partiram ao sul e ao norte do país, o primeiro liderava o Exercito Libertador do Sul. Tornaram-se assim, fundamentais para a realização da Revolução Mexicana, sendo necessário o combate das forças burguesas, que culminou no assassinato de ambos os líderes populares. Por sua vez, a Casa Del Obrero, anarcosindicalista, apoiou os constitucionalistas e esteve ao lado da forças mais conservadores da revolução, combateram os Exércitos Populares de Villa e Zapata, e quando estes foram assassinados, passaram a ser perseguidos pelo Novo Governo. Isso demonstra mais uma vez, que o anarquismo ecletista, sem um programa e uma ideologia definida serve como braço da direita e de setores reformistas do movimento operário. Assim foi na Guerra Civil Mexicana e na capitulação do anarcosindicalismo Italiano diante do governo fascista de Mussolini. A morte dos dois principais líderes revolucionários mexicanos marcou a consolidação do poder nas mãos das forças burguesas e capitalistas. O principal legado da Revolução foi a Reforma Agrária, que permaneceu quase que intacta até a chegada ao poder dos grupos neoliberais, na década de 90.

Podemos dizer que nós temos nesse período três experiências distintas que mostram as contradições internas do movimento operário e também das correntes, como o anarco-sindicalismo, atuantes dentro

do sindicalismo revolucionário. Nós temos a experiência da revolução mexicana (1910-1917) em que os movimentos operário e camponês assumiram tendências revolucionárias e levaram a formação de um “governo revolucionário”, de uma revolução que assumiu efetivamente uma forma “burguesa” em razão da ausência de projeto político; a experiência Argentina com a criação de uma centrais que reuniam operários e camponeses e que se configurou na disputa FORA X CGT (ou anarco-sindicalismo X sindicalismo puro influenciado pelo sindicalismo francês); e tivemos no caso do Brasil a formação de um sindicalismo revolucionário de base regional, sem maior presença no campo e sem a formação de uma central sindical importante e de movimento de massas revolucionário de abrangência nacional.

Nessas três primeiras décadas tivemos a formação de organizações importantes do proletariado latino-americano nos três países: no México, a Casa Del Obrero, sob influencia do PL (Partido Liberal) de orientação anarco-comunista no México, que manteve uma relação tensa e contraditória com o movimento camponês e antecipou várias das contradições do sindicalismo revolucionário; na Argentina a FORA, e logo depois, de uma série de centrais sindicais que iriam conformar uma disputa pela direção do movimento operário e camponês Argentino, até a formação da CGT nos ano 1920, que se tornou a principal central sindical argentina; e no Brasil, a tentativa de formação da COB (Confederação Operária Brasileira, que não chegou a se constituir efetivamente como uma central nacional), sendo a articulação feita a partir das federações operárias regionais. Depois da superação da crise de 1929, ficou claro que o sindicalismo revolucionário tinha perecido em grande parte devido a suas próprias contradições. Por outro lado, os modelos de sindicalismo alternativos e hegemônicos confluíam em diversos aspectos: o sindicalismo nacional-corporativista e o sindicalismo social-democrata, atualizado pelos partidos comunistas, se desenvolveram de forma limitada e contraditória, subordinada ao primeiro.

No caso dos Partidos Comunistas, eles apresentaram, apesar de particularidades nacionais de representatividade e força política, uma evolução similar. Eles tenderam a se integrar na política burguesa nacionalista, sempre manejada por meio do conceito de Frente Popular ou Frente Ampla com a burguesia nacional. A cisão e crítica dessa política se daria especialmente nos perío-

do pós- revolução Cubana. A partir daí ocorrerão diversas tentativas de denúncia e ruptura com a política direitista dos PC's, mas sem que isso representasse uma ruptura com a teoria e programa marxista da revolução permanente. A principal reação a essa degeneração dos Partidos Comunistas foi o foquismo, movimento amplo e heterogêneo que tinha como alguns elementos comuns, como a defesa da lutar armada, sem avançar na crítica teórica. Entre 1960-1980, o foquismo deu também exemplos de heróica resistência e tristes deformações, não sendo capaz de apresentar uma alternativa de massas.

Entre 1980 e 2000, temos o ressurgimento do movimento de massas na América Latina, já no período pós-ditaduras. Esse movimento será caracterizado por dois processos: a negação parcial do “stalinismo” e a crítica ferrenha da luta armada. Esse movimento representado no caso brasileiro pela formação do PT e da CUT terá expressões variadas na América Latina, mas apresenta a tendência geral de que a idéia genérica de “democracia” vai esvaziar o programa socialista, que será combinado com medidas defensivas anti-neoliberais. Nesse quadro contemporâneo, um socialismo híbrido no estilo do PT brasileiro, do MAS boliviano coexiste com remanescentes do nacionalismo conservador e stalinismo, tendo como ponto comum a convergência em torno da defesa do desenvolvimento capitalista nacional e da democracia burguesa (tarefas típicas da primeira etapa da teoria da revolução permanente).

Nesse sentido podemos explicar a evolução contraditória do proletariado latino-americano e internacional e a situação de integração sistêmica na qual se encontra por alguns fatores: **a)** Em primeiro lugar, seja por meio das centrais, seja por meio de sindicatos profissionais pulverizados, a evolução das organizações sindicais foi nacional o que facilitou sua integração sistêmica e degeneração burocrática, uma vez que o corporativismo surgia tanto dentro de um modelo de sindicalismo revolucionário como do reformista.

Os sindicatos e as organizações de trabalhadores se adequaram não somente a ideologia do estatismo, mas a própria estrutura política nacional – que limitava suas bandeiras e formas de luta, canalizando-as diante dos momentos de crise para as políticas de “salvação nacional”; **b)** Mesmo quando vinculadas a organizações “internacionais”, estas ou eram organizações apoiadas e criadas por Estados e atendiam aos objetivos da política

externa desses Estados. O “nacionalismo” assim impregnou toda a estrutura e organização do sindicalismo. Essa característica reforçou e foi reforçada pelo corporativismo, que surge espontaneamente da divisão do trabalho capitalista e foi incentivado pelo capitalismo monopolista de Estado. Houve assim movimentos voluntários de adesismo aos governos e a vinculação ao poder central (presidencialismo e centralidade personalista do poder executivo).

c) Em terceiro lugar podemos dizer que dois fatores, um de ordem objetiva e outra de ordem subjetiva, criaram uma auto-limitação ao desenvolvimento do proletariado. De um lado, o caráter contraditório da atividade sindical que combina a resistência ao capitalismo com a reprodução das relações de produção capitalistas, de outro o pragmatismo economista que permite freqüentemente a acomodação dos trabalhadores. Essa situação objetiva da resistência coloca questões fundamentais. Por outro lado, o proletariado experimentou ao longo de um século (1900-2000) as variantes dos grandes modelos de sindicalismo (o social-democrata e o revolucionário) e também um sindicalismo nacionalista-corporativista de Estado. Mas esses modelos sofreram adaptações locais e sempre degeneraram em formas que facilitaram a sua própria crise; d) o sindicalismo puro e o anarcosindicalismo não tinham os instrumentos organizacionais, teóricos e ideológicos para confrontar o capitalismo e superar as crises do próprio proletariado. Foi devastado pela combinação de repressão, reestruturação econômica, auto-isolamento e hegemonia do sindicalismo de Estado.

As correntes socialistas e comunistas foram também cooptadas pelas políticas de união nacional e frente popular, e fracassaram sob as ditaduras quando ficou claro que o projeto de “via pacífica ao socialismo” não seria viável. O desenvolvimento subjetivo do proletariado assim nunca foi assentado sobre teorias, estratégias e formas de organização que garantissem seu desenvolvimento autônomo no sentido do socialismo. A recusa da política ou neutralismo e economicismo” das correntes variantes do sindicalismo revolucionário, bem como o fetichismo de Estado levaram ao mesmo lugar: ao adesismo aos governos nacionalistas (cardenista, peronista e varguista) e a integração sistêmica dos sindicatos e organizações de trabalhadores no aparelho estado.

A crise de 1929 levou a uma reestruturação da economia na América Latina, o que é amplamente reconhecido, mas também a formação

de um novo padrão da relação do Estado com as classes trabalhadoras de seus respectivos países, e ao desenvolvimento do estatismo como força dentro da classe trabalhadora (o que até então não havia acontecido na América Latina). Os próprios Estados criaram um novo modelo de sindicalismo, nacional-corporativista, centrado na idéia de diálogo e colaboração com os Governos e no fetiche do Estado-protetor, que materializava na figura de partidos ou lideranças populistas. Esse modelo permitiu a construção de compromissos, de duração efêmera em termos da integração dos trabalhadores na estrutura de decisões governamentais, mas duradouro em termos do controle do Estado sobre os sindicatos e trabalhadores. Esse compromisso foi fundamental para o desenvolvimento econômico e a formação de uma semi-periferia na América Latina, pois assegurou a reprodução das condições necessárias à super-exploração da força de trabalho na região, uma vez que o problema foi transformado em questão “nacional”, que deveria ser resolvida pela regulação do Estado.

2.4 - Sobre o fracasso histórico do comunismo/social-democracia e do anarco-comunismo/anarco-sindicalismo e sua condição atual

Um balanço histórico dessas correntes constata que elas fracassaram. Não porque não tenham tido poder ou expressão de massas. Mas porque não cumpriram o objetivo que elas próprias anunciavam: abolir a sociedade de classes e o Estado. E fracassaram exatamente pelas razões expostas acima. Podemos dizer também que esse fracasso não significa que elas simplesmente deixaram de existir ou ter expressão. Elas continuam existindo e se apresentam como obstáculo ao desenvolvimento autônomo do proletariado internacional. O marxismo se apresenta preso ao dilema da teoria da revolução permanente e o anarco-comunismo e anarco-sindicalismo dilema da ausência de uma teoria própria da revolução (que se converteu no uso acrítico da teoria marxista e na sua fase degenerada na negação da revolução em si). Em seu conjunto, essas correntes se encontram presas a ciclos históricos de integração Sistêmica e desintegração.

Mas quase todas as correntes apresentam, depois de um processo de crise, tentativas de reorganização Internacional. Com exceção dos revisionistas

do anarquismo. Uma análise crítica às organizações e tendências na atualidade é por isso necessária:

A retomada stalinista (Encontro Mundial de Partidos Comunistas e Operários): Os PC's, ligados em seus respectivos países às direções reformistas e para-governistas dos sindicatos, sustentam sua atuação em uma mistura eclética de regionalismo e retórica stalinista, onde se destacam por sua ausência de análises e caracterizações sociológicas, e predominam a repetição contínua e pouco reflexiva de consignias, muitas delas centradas em processo de integração regional, como na América Latina, que possuem como eixo o respaldo a Hugo Chavez na Venezuela e a outras conjunturas similares.

Esse processo de integração regional tem como mesma face reformista a Alternativa Bolivariana das Américas (ALBA) no qual os PC's avaliam como elemento mais progressivo da luta anti-imperialista, democrática e popular no continente.

O 11º Encontro Mundial de Partidos Comunistas e Operários foi realizado em Nova Delhi, Índia, expressa a tentativa de reorganização dos stalinistas. Apresenta grandes debilidades, e longe de se constituir em partido mundial: é disperso, sem unidade teórica e tática, se resumindo a resoluções generalistas de partidos reformistas, social-democratas da atualidade. Apesar de postularem a centralidade na crise sistêmica capitalista (diferente da antiga 2ª Internacional), tais partidos em sua grande maioria acreditam na centralidade da atuação pelas vias institucionais. A estratégia mundial do PC's passa pelos fortalecimentos "legais": Conselho Mundial da Paz, a Federação Sindical Mundial, a Federação Mundial das Juventudes Democráticas, a Federação Internacional Democrática das Mulheres, a Aliança Internacional dos Habitantes, os Fóruns continentais e o Fórum Social Mundial. Num certo sentido, expressa a política stalinista de governos populares dos diferentes países.

Três faces do reformismo inato do Trotskismo (LIT-QI, FT QI e CRQI): Na atual conjuntura latino americana, detrás da presença majoritária dos PC's tradicionais, diversos agrupamentos que se reivindicam revolucionárias inter-vêm na luta de classes das e dos trabalhadores. Destacamos nesta análise, as três expressões mais representativas entre o grande número de correntes e tendências do trotskismo em nosso continente. A LIT-QI (fundada em 1982) remonta ao grupo trotskista argentino criado por Nahuel Moreno em 1953, chamado GOM (Grupo Operário Marxista). Atualmente possui cerca de 24

partidos filiados e sua força majoritária está na América Latina em específico no Brasil Para a LIT, este é um sintoma do período atual de decadência explícita do capitalismo. Assim, seu programa traça como meta central do momento a Luta Anti-imperialista e a necessidade de uma “Segunda Independência” dirigida pela classe operária. A LIT-QI/PSTU sustenta a visão etapista de que o principal instrumento de dominação colonial é a “dívida externa” dos países da periferia em relação aos países do centro. Pretendendo ser diferente do stalinismo, opera com o mesmo programa de luta anti-imperialista, reduzindo o anti-imperialismo a uma luta super-estrutural. O que fica nítido é que se trabalha ainda com as categorias da III Internacional Comunista e com a perspectiva de uma teoria etapista da revolução. A idéia da “assembléia constituinte” e da política de “unidade de ação” apenas mostra o caráter ambíguo e vacilante da política da LIT, que se move com rudimentos da teoria stalinista, tentando negá-la, mas reproduzindo o principal da sua estratégia: a idéia de uma luta anti-colonial, com foco principal sobre a dívida externa as políticas de colaboração com os governos de frente popular da América Latina.

Tendo como maior referencia o Partido dos Trabalhadores Socialistas da Argentina, a Fração Trotskista Quarta Internacional é uma internacional trotskista com presença em 9 países, tanto do continente Americano, como da Europa. Fundada a princípios dos anos 90 depois de sua saída da LIT QI, mantêm certa presença em agrupações sindicais, majoritariamente em Argentina. Por sua vez, a Coordenação para a Refundação da Quarta Internacional fundada em 2004, e que tem como principal referencia o Partido Obreiro da Argentina, mantêm hoje em dia presença na América, Europa e oriente médio. Apesar de fazer críticas contra o abandono da reivindicação da revolução proletária por parte de grupos como a ex Liga Comunista Revolucionária francesa e as práticas governistas da LIT-QI, a FT-QI e a CRQI de fato mantêm um discurso revolucionário, mas se mostram incapazes de desenvolver uma política genuinamente revolucionária. Para estas duas correntes internacionais, cujas diferenças são menores que suas similaridades, é necessário que a oposição proletária se desenvolva em torno das direções reformistas, e não abertamente contra elas. Por outro lado, sua incapacidade programática, intrínseca da própria origem do trotskismo, de romper com a perspectiva de "utilizar" o sistema representativo democrático burguês, as obriga necessariamente, quando consolidam uma força de massas, a abandonar a luta direta do proletariado contra a burguesia nos locais de trabalho, para lutar pela

repartição de migalhas que oferecem os sistemas eleitorais dos Estados capitalistas. A perspectiva da CRQI particularmente, se sustenta em uma série de teses que analisam a presente conjuntura sistêmica mundial como a derivação direta e quase única da desintegração da URSS e outros Estados Operários deformados, ignorando voluntariamente o real papel econômico da URSS depois da Segunda Guerra Mundial, e deixando de lado a própria evolução da produção capitalista. Uma prática determinada pelo sistema democrático burguês e uma incorreta caracterização da realidade, resumem o desenvolvimento destas três correntes majoritárias e representativas do trotskismo na América Latina.

A bancarrota do maoísmo (ILPS). A Liga Internacional de Luta dos Povos (ILPS) foi fundada em 2001 e é uma organização mundial que busca agremiar partidos e organizações populares sob uma plataforma “popular, democrática e de luta anti-imperialista”. Sua 3ª e última Assembléia Internacional foi realizada em 2008. Seus quadros organizadores e dirigentes são os Partidos Maoístas como o Partido Comunista da Índia (Maoísta), Partido Comunista do Peru (M), Partido Comunista das Filipinas (M) etc. A análise que sustentem é que o capitalismo está em sua “fase final e agonizante de vida”, e que são o imperialismo e a crise econômica mundial expressões desse fato. Ambos os fatores vem gerando a rapina desenfreada das nações exploradas (Oriente médio, Ásia, América Latina), na qual diagnosticam a necessidade imediata de conformar a “Frente Única Antiimperialista, unindo todas as classes e setores sociais antiimperialistas”, que na prática é a ILPS. Sua análise também perpassa a necessidade da ILPS se formar enquanto uma direção revolucionária para a luta anti-imperialista, com a capacidade de fornecer uma linha correta de combate ao oportunismo. Para realizar a revolução nos países “semi-feudais” os maoístas da ILPS caracterizam a necessidade de desenvolver a guerra de guerrilhas no momento atual. Os exemplos atuais demonstram que esse pressuposto vem sendo colocado em prática, como se pode ver, por exemplo: o Exército Guerrilheiro Popular de Libertação (EGPL) na Índia, Exército Popular de Libertação no Peru, Novo Exército do Povo nas Filipinas etc., dirigidos pelos respectivos partidos Maoístas. Apesar de sua tática radicalizada, os eventos do Nepal, colocam em xeque a política dos Maoístas, uma longa marcha de guerra de guerrilhas, terminou com a adesão do PCN(Maoísta) ao novo parlamento burguês do país. A teoria etapista mais uma vez trai os trabalhadores. A perspectiva da luta anti-imperialista e da revolução nacional-democrática continua sendo assim a principal caracterís-

tica dessa estratégia, com variações no que tange a interpretação de táticas específicas. Mas os quadros gerais da teoria da III Internacional (centralidade do proletariado industrial, dos países centrais) e que nos países da periferia as tarefas principais seriam “anti-imperialistas”, dadas pelo seu caráter atrasado e/ou semi-feudal, que qualifica suas economias e sua estrutura de classes.

Luxemburgismo, marxismo de esquerda e autonomismo: da renúncia a perspectiva dialética a renúncia da luta de classes. Em menor medida que as correntes anteriores, mas com crescente impacto na juventude, dado o fracasso provado do stalinismo e a ligação governista do trotskismo, nos últimos anos de maneira particular vem crescendo a presença de diversas expressões, algumas opostas entre si, mas que tendem a identificar-se no marxismo ou comunismo de esquerda. Inspirados majoritariamente em referências marxistas do início e meio do século anterior que se opuseram à involução contra-revolucionária dos bolcheviques na Rússia, destacam-se a Corrente Comunista Internacional, o Grupo Comunista Internacional e o Birô Internacional pelo Partido Revolucionário. Embora seja impossível encontrar um único eixo dos grupos que se alinham nessa tendência, existem pontos centrais que marcam suas atuações. O primeiro seria uma interpretação parcial do pensamento e obra de Marx, que as vezes citam de maneira difusa, quanto mais contraditória, apresentando um Marx contrário a suas próprias abordagens estatistas. O segundo ponto em comum seria a renúncia a perspectiva dialética do processo revolucionário em seu conjunto. Isso implica não entender o presente e as necessidades que impõe uma etapa marcada pela ofensiva capitalista contra os trabalhadores do mundo, descartando qualquer premissa de organização reivindicativa permanente da classe por considerá-la reformista. Nesse sentido, sem saber diferenciar programa reivindicativo e programa finalista, qualquer ação termina sendo estéril e pouco objetiva. O discurso se torna a estratégia central e inclusive a própria prática, tornando estas tendências atrativas na aparência e quanto a suas formas, mas totalmente vazias no que toca seus objetivos.

O revisionismo anarquista e sua forma internacional atual (SIL, ACAT/AIT e etc.): O revisionismo segue sem ser capaz de realizar balanços históricos a partir de uma perspectiva de classe, separando, em última análise, o contribuiu do que prejudicou, sobre tudo o reivindicado anarquista. Hoje, ainda existem algumas formas remanescentes, mas quase sem nenhuma expres-

são, do antigo anarco-comunismo e anarco-comunismo. Nesse sentido o anarcosindicalismo, em suas variantes ortodoxas (AIT) e heterodoxa (CGT, CNT-F, FAU-Alemanha etc.), possui uma orientação incorreta, já que a luta econômico-reivindicativa das massas, se sujeita a luta político-ideológica de seus militantes, onde se assume como princípio de associação o pertencimento a um programa político pré-determinado.

O anarco-sindicalismo e o anarco-comunismo, na sua forma de direita hoje se apresentam como forma “cooperativistas” e restritas de “movimentos” – sem estrutura, estratégia ou durabilidade ou na forma de “coletivos” fragmentados. São representados por correntes como a ACAT/AIT.

Uma tentativa hoje estagnada de construção da Solidariedade Internacional Libertária/SIL) foi encaminhada por organizações ecletistas, mas que não avançou em razão da debilidade de sua orientação. Essas correntes ou negam a realidade a luta de classes e/ou ignoram as condições de luta ideológica e organizativa dentro da classe trabalhadora. Na forma de esquerda, se apresenta como “insurrecionalismo” – orientadas por fragmentos equivocados de teoria “primitivista” que conduzem a sistemáticos equívocos. O insurrecionalismo promove enfrentamentos as vezes heróicos, grandes manifestações de massa, mas não consegue ser uma força social significativa para mudar uma sociedade.

Situando as táticas ou métodos da luta proletária como um princípio e fim em si mesmos, estes grupos, regularmente com um programa e bases ecléticas, terminam fazendo crítica de quase qualquer forma de intervenção reivindicativa, considerando que estas "fazem parte do sistema" como se não fossem produtos da própria classe em si, da produção e da própria vida social dos seres humanos. A Revolução Social será para superar o capitalismo em particular, e a todas as formas sociais anteriores em geral, e necessariamente, atualmente a luta por ela nós a faremos inseridos como proletários no sistema produtivo atual, como membros regulados pelo Estado, e de maneira global no sistema mundo do capitalismo ultramonopolista. Não abandonamos estas condições para combater o capitalismo, senão que, como proletários conscientes, somos parte da classe cuja missão histórica é enterrar o capitalismo e destruir o Estado. Longe de por como central as questões de métodos desviando a perspectiva, nós Bakuninistas Principistas colocamos como central nossa classe e as exigências que o seu desenvolvimento combativo e revolucionário impõe. Frente à aposta do revisionismo (sob a forma

anarco-sindicalista dogmática, autonomista, insurrecionalista) de desconhecer as formas e métodos de dominação da burguesia sobre o próprio movimento organizado dos trabalhadores, nós desenvolvemos a luta classes para construirmos e reapropriarmos-nos das ferramentas de defesa e ofensiva sindical de nossa classe. Esta mesma crítica se aplica ao insurrecionalismo, pois em seus caso centralizam sua atividade em uma ferramenta necessária, a violência, entendendo esta como um fim em si mesma, ou no caso menos pior, como um meio em uma estratégia "insurrecional" simplista, sem sustentação teórica/programática. Tendo como eixo de sua intervenção a ação violenta, estes grupos e indivíduos pretendem arrastar atrás de suas ações um levante social, como se o exemplo de seus feitos fosse capaz em si mesmo de romper a tensão existente entre as classes. Ou seja, anula o protagonismo da ação revolucionária do proletariado e as auto atribuem egocentricamente a eles mesmos e as suas ações.

O marxismo de direita e suas variantes diversas tem a tendência a integração sistêmica no capitalismo por meio do reformismo parlamentarista e do sindicalismo economicista e nacionalista. O marxismo de esquerda (trotskista e maoísta especialmente) recorrentemente acaba se diferenciando do de direita apenas por denunciá-lo, mas reproduz a mesma teoria e programa, e a mesma integração sistêmica ainda antes de conseguir se tornar revolucionário. O marxismo de direita e esquerda ficam presos ao recorrente ciclo da degeneração burocrática na situação pré-revolucionária. O marxismo de ultra-esquerda geralmente tendeu na sua forma principal, o foquismo a se desintegrar, seja pela repressão, seja pela falta de unidade e consistência teórica. Em outra forma, o comunismo de conselhos, tendeu a se desintegrar dentro do sindicalismo puro ou a ser marginal sem conseguir aprofundar a crítica teórica. Os desvios oportunistas de direita e esquerda e os desvios voluntaristas de ultra-esquerda no marxismo produziram sempre os mesmos resultados e explicam a estagnação atual: integração sistêmica ou desintegração cíclica.

O anarco-sindicalismo e anarco-comunismo que desenvolveram como formas de negação do bakuninismo tiveram uma evolução similar. A política de direita se expressou na formação de um reformismo libertário, que se integra no sistema capitalista por meio de uma estratégia igualmente economista, só que de teor educacionista. É como se fosse possível criar “ilhas” auto-gestionárias e comunidades pré-fabricadas libertárias no interior

do capitalismo. Isso se deu seja pela afirmação do postulado da difusão dos grupos de “educação” ou mesmo pela integração em “Governos”, como no caso da Espanha – que tem outros co-relatos históricos. O anarco-sindicalismo quando não foi integrado pela política de direita ou pelo sindicalismo puro, se isola no dogmatismo desorganizador. Na sua variante de esquerda, os anarco-comunistas e sindicalistas chegam no máximo a postular a organização sindical dos trabalhadores e a reconhecer a necessidade de uma organização anarquista. Mas param por aí. Não podem e não conseguem avançar na teoria da revolução sem negar a si próprios. Ficam então sujeitos a marginalidade, apenas questionando o marxismo e fazendo críticas pontuais a política de direita (individualismo e educacionismo) e se alimenta apenas disso nas suas poucas formulações teóricas. A política de ultra-esquerda se manifestou pelo terrorismo individual e pelo insurrecionalismo de pequenos grupos descoordenados, que mostrou sua ineficácia, apesar do heroísmo, na Espanha e América Latina (especialmente na Argentina e Uruguai dos anos 1920-30), e que ainda hoje existe na Europa.

Dessa maneira, o estado do anarquismo internacional é dominado pelas vertentes revisionistas e ecletistas. Daí sua estagnação. Mas é importante que diversos grupos que se autodenominam plataformistas existem. Esse posicionamento deve ser levado às últimas conseqüências. O verdadeiro plataformista necessariamente deve caminhar em direção ao bakuninismo. Não há mais espaço para indecisão ou indefinições. A crise e ofensiva do capitalismo exigem uma posição clara com relação às questões aqui colocadas. A tarefa dos Plataformistas – que devem caminhar necessariamente para o Bakuninismo ou capitular no sintetismo, negando o legado de Makhno– é desenvolver a luta teórica e ideológica, e impulsionando a luta de classes. Por isso cabe agora avançar. O mesmo pode ser dito aos companheiros sinceros (e não oportunistas) nas organizações insurrecionalistas, anarco-sindicalistas e ecletistas. Apresentar as teses gerais da teoria da revolução integral aplicada a luta de classes nas condições do século XXI, bem como uma proposta concreta de luta e organização. Essa é a seção construtiva da plataforma do anarquismo revolucionário.

3- Teoria e Programa: os sujeitos revolucionários e as tarefas do anarquismo no centro e na periferia

O balanço crítico do movimento revolucionário e da história da classe trabalhadora só estará completo com a apresentação de uma alternativa. Nesse sentido, podemos dizer que no século XX nós tivemos duas grandes linhas: 1) a linha revolucionária-insurrecional, que caracterizou, por exemplo, na Espanha, na primeira fase da Internacional Comunista e que se desenvolveu nas lutas de libertação nacional; 2) a linha reformista-legalista da Internacional Social-democrata e da segunda fase da Internacional Comunista, de conquista pacífica do Estado e promoção de reformas através da política da frente popular (anti-fascista, ou anti-imperialista).

Todas as correntes do marxismo e nacionalismo (maoísmo, trotskismo, stalinismo, gramscianismo, castrismo, sandinismo) se desenvolveram a partir do programa e estratégia estabelecidas por essas linhas. Não conseguiram romper com o círculo vicioso a que levava, de integração sistêmica a desintegração cíclica. Um componente fundamental dessa política era a aliança com a burguesia, materializada na tática da frente popular ou anti-imperialista. A discussão acerca da frente anti-imperialista nos permite colocar alguns pontos importantes da construção do anarquismo revolucionário enquanto corrente internacionalmente organizada.

Primeiro, a “tática” da frente anti-imperialista fazia parte de uma política: a aliança com a burguesia nacional ou setores dela, supostamente em contradição com o imperialismo, para realizar o desenvolvimento ou independência nacional.

Segundo, essa política era derivada de uma teoria, a teoria da revolução permanente ou por etapas, em que essas reformas estruturais (ou revolução democrática nacional) eram a primeira etapa obrigatória da revolução socialista. A fase socialista – que implicava a ditadura do proletariado - seria por sua vez mais uma fase longa de transição ao comunismo (sociedade sem classes e sem Estado).

A tática da frente anti-imperialista necessariamente supõe um modelo social-democrata ou estatal de sindicalismo, que se adéqua aos seus objetivos estratégicos. Por sua vez, essa teoria sempre vai colocar o problema da des-

truição do Estado e das classes sociais num futuro indefinido e inalcançável. A teoria da revolução permanente está condenada a fazer com que os grupos degenerem na fase pré-revolucionária sob a forma do colaboracionismo reformista e integração sistêmica, ou então no momento pós-revolucionário através do “stalinismo” que só é um caminho mais longo para tal integração no capitalismo mundial (como Rússia e China mostram hoje sem nenhuma dúvida).

Nesse sentido, a teoria da revolução integral bakuninista parte de pressupostos completamente diferentes. Em primeiro lugar, o bakuninismo tem como seu objetivo programático o socialismo. O socialismo não é na teoria da revolução integral uma “fase” anterior ao comunismo. O socialismo é a sociedade sem classes e sem Estado. Não é correto que o “comunismo” tal como definido por Marx é sinônimo de “anarquismo” e “socialismo” tal como definido por Proudhon e Bakunin. Isso não é correto, existe uma diferença teórica entre a definição de Socialismo em Bakunin e a definição de Comunismo em Marx. O comunismo é um conceito programático-teórico central em Marx, e está relacionado à sua concepção de história, ou seja, a teoria da revolução permanente.

O socialismo no anarquismo revolucionário é o sistema social derivado de um movimento global de coletivização da propriedade privada e da reorganização do poder com base nas federações democráticas do tipo Comuna/1871-Soviet/1917. A coletivização e federalização como modelo político e econômico implica na auto-organização e auto-direção da sociedade pelos trabalhadores, ou seja, o auto-governo. É por isso que, de acordo com a concepção do anarquismo revolucionário, é preciso combinar diferentes formas de luta, diferentes formas de organização para alcançar esse objetivo. As duas formas principais de organização são a organização dos revolucionários e a organização das massas.

A organização revolucionária tem como tarefa geral iniciar, preparar e dirigir a luta revolucionária combatendo às linhas reformistas e conservadoras, e a tarefa da organização de massas de tipo sindicalista-revolucionário é organizar o proletariado para suas lutas reivindicativas imediatas e avançar seu grau de experiência e consciência de classe, tornando-se assim o próprio núcleo de poder da revolução e embrião das instituições socialistas pós-revolucionárias.

Para alcançar o objetivo do socialismo só existe um caminho, o da revolução. E para realizar a revolução, o século XX só ensinou três caminhos ou modelos de revoluções vitoriosas: 1) A Insurreição Geral Campo-Cidade (como na Rússia de 1917); 2) A Guerra Popular Prolongada (como China e Vietnã); 3) A Guerra de Guerrilhas de Curta Duração (como em Cuba ou Argélia).

Assim, os elementos essenciais do bakuninismo são exatamente que partindo da teoria da revolução integral, toma como programa geral o socialismo, como estratégia permanente a revolução das quais são sujeitos necessários a organização revolucionária e organização das massas trabalhadoras.

Mas essas são considerações preliminares apenas para definir as questões fundamentais. Quais são as tarefas dos anarquistas hoje? Quais as táticas e formas de organização e luta que devemos desenvolver? Como os trabalhadores podem se organizar, sem cair nos erros históricos do passado e sem degenerar no reformismo e oportunismo?

3.1 - A estrutura de classes e a divisão internacional do trabalho no Século XXI

Para determinar uma linha política internacional e nacional para o anarquismo revolucionário é preciso desenvolver a economia política do sistema imperialista mundial. A análise de suas contradições e do impacto dessas contradições sobre a classe trabalhadora internacional. Entendendo essas contradições, podemos delimitar algumas tarefas concretas para a organização revolucionária e de massas, apresentando propostas de luta e um programa de reivindicações imediatas que esteja ligado ao programa histórico socialista, e mais, que contribua em parte para aprofundamento do antagonismo de classes necessário a eclosão de uma situação revolucionária.

Podemos dizer que o desenvolvimento capitalista, por seu caráter desigual e combinado já reconhecido por diversos teóricos, criou uma diferenciação estrutural entre centro e periferia, assim como uma estratificação interna no próprio centro (entre potências como EUA, por exemplo, e países como a Suécia ou Holanda) e na periferia, criando as condições para uma diferenciação em países semi-periféricos (ou seja, países que conseguiram desenvolver o capitalismo nacional, se aproximando em termos de capacidade industrial e

econômica global do centro, mas sem as características sociais e o mesmo poder que os países do centro, como é o caso de México e Brasil na América Latina, típicos países semi-periféricos).

3.2 - As contradições de classe e os sujeitos da revolução

Todos esses processos históricos e estruturais exigem uma correta compreensão das contradições de classe e outras contradições sociais. As contradições de classe são as principais não porque elas estão acima das demais, mas porque são as únicas que atravessam todas as demais contradições e porque nelas é que residem as bases do poder de Estado e do capital – e conseqüentemente, o ponto sobre o qual as ações que pretendem resolver todas as questões estruturais têm de se concentrar.

Nesse sentido, devemos entender que os trabalhadores, assim como a burguesia são diversificados internamente e que para determinar uma linha política internacional é preciso compreender essas diferenças que irão se apresentar, nos diferentes países, e que determinarão o lugar de certas táticas e certos eixos do programa reivindicativo.

As sociedades continuam sendo divididas em classes e essa divisão foi sempre complexa. O desenvolvimento capitalista só transforma a complexidade da divisão, não existe uma estrutura de classes que seja “simples” ou “dual” na história, menos ainda na história do capitalismo. As Classes Sociais são categorias estruturais do capitalismo, que derivam não somente da divisão do trabalho, mas das relações de produção e propriedade que se estratificam e mantém uma profunda diferenciação em relação ao controle do capital.

São as relações de propriedade e produção, num sentido amplo, que as definem, mesmo que do ponto de vista da luta de classes elas não se apresentem sempre de forma dual como a própria organização estrutural do capitalismo a define. A burguesia é classe proprietária do capital, e o proletariado é por exclusão, a classe que não é proprietária do capital. É importante enfatizar que o que define o capitalista não é uma propriedade “abstrata em si”, nem o trabalhador a propriedade de um meio de produção abstrato “em si”. Mesmo que durante um curto período de tempo isto possa ter sido verdade

em poucos lugares, o elemento estrutural é o capital, ou seja, a propriedade do fator de produção que consegue fazer girar o ciclo de acumulação.

Um trabalhador que tem uma ferramenta ou uma casa não é um capitalista, pois para ser capitalista é preciso alguma acumulação que permita que a sua atividade seja determinada pelo próprio processo de acumulação de capital, e conseqüentemente, que ele assuma o pólo de explorador na relação de exploração.

A confusão derivada de uma conceituação abstrata de classes que não faça menção ao processo de acumulação de capital só pode gerar erros de teoria e de tática política. Ela impede que se consiga determinar com clareza as relações de classe e as contradições intra e inter-classe.

As classes sociais se diferenciam também por frações de classe ou subclasses. Essas são diferenciações igualmente estruturais, mas variáveis em função da própria especificidade das atividades de acumulação de capital e trabalho, derivadas dos setores da economia (comércio, serviços, indústria) e pelo seu maior ou menos controle de capital (grande, médio e pequena burguesia).

Nesse sentido, a burguesia tende a se diferenciar em uma fração industrial, comercial, financeira, agrária, por exemplo. O proletariado também se diferencia em frações, como o proletariado industrial, comerciário, proletariado rural e campesinato. Cada país de acordo com sua posição na divisão internacional do trabalho e própria evolução histórica pode apresentar ou não certas frações.

As classes e frações ou subclasses se diferenciam objetivamente por sua vez em categorias ocupacionais: atividades concretas de ocupação no processo de trabalho e sociedade, extremamente variáveis no tempo, no espaço e nos diferentes ramos da economia. São na realidade, estes os agentes imediatos da luta, já que as frações e as classes não se manifestam de forma automática no plano da ação econômica e política.

Essas ocupações são elas próprias diferenciadas e estratificadas pela natureza do processo de trabalho (manual ou intelectual) e sua combinação concreta é extremamente complexa. Além dessa diferenciação ocupacional geral, existe também a diferenciação entre ocupados e desocupados – que po-

dem representar tanto os desempregados, quanto trabalhadores em processo de formação ou temporários.

E ainda em razão da expansão dos sistemas de ensino, a categoria ocupacional do estudante vem se destacando – como uma categoria cada vez mais importante, que se coloca numa posição relativamente intermediária entre as diversas ocupações e a condição de desocupação. Mas ele é uma categoria ocupacional presente em quase todos os contextos, ou por trabalhadores em processo de formação ou em setores trabalhadores que se tornarão desocupados. Também a burguesia (grande, média, pequena) passa pela formação através dessa categoria ocupacional transitória, mas é uma minoria.

Nesse sentido, o metalúrgico, o estudante, o professor, são categorias ocupacionais e a forma como elas se relacionam com as diferenciações de classe são complexas, mas a grande parte das categorias ocupacionais necessariamente integra o lado da classe trabalhadora da divisão de classes. Mas é importante não confundir as diferenças ocupacionais de qualquer tipo com diferenças de classe.

As classes, frações, categorias ocupacionais são também diferenciadas em camadas étnicas e/ou nacionais. As diferenças étnicas e nacionais (às vezes tomadas pelo discurso racista como raciais ou biológicas) são derivadas de diferenças de origem/ancestralidade dos grupos e indivíduos, que passam a ser identificados por algum traço cultural (língua, religião, costume) ou “biológico” (cor da pele, tipo físico e etc.). Combinadas com essas diferenças existem diferenças de gênero e geração, que dizem respeito aos conceitos do lugar das mulheres e jovens e idosos na sociedade, normalmente derivada das ideologias dominantes e dos próprios processos objetivos de acumulação de capital e sua maior disposição de incorporar, expulsar ou explorar esses setores.

Esse tema não é secundário. Ao contrário, na fase ultra-monopolista do capitalismo essas diferenciações tem adquirido um renovado sentido, e o capital e o Estado usam tais diferenciações como contradições para fazer avançar o processo de exploração e dominação. Por outro lado, algumas teorias acabam tomando essas contradições em si – e ao fazerem isso não somente perdem de vista seu real significado, como se somam ao discurso do capital de esvaziar a idéia da luta de classes.

Na realidade, o duplo mercado de trabalho – especialmente a esfera inferior – vem sendo expandida pelo capital ultra-monopolista, o que ocorre através das técnicas toyotistas de precarização que usam as diferenciações étnicas, nacionais, de gênero e geração como instrumentos de discriminação e super-exploração. Para combater a super-exploração não se pode nem ignorar a diferenciação de classes, na qual se origina, nem a forma concreta pela qual se realiza, a discriminação (étnica, nacional, de gênero, de geração).

E por fim, as classes, frações, categorias ocupacionais e camadas, se diferenciam ainda pela posição que os países ocupam na Divisão Internacional do Trabalho (centro, periferia e semi-periferia) – indicando uma estratificação interna nas próprias classes, possibilitando assim as dominações intra-classe em escala internacional, contradições entre as ocupações e dificultando a organização unificada da classe no terreno nacional e o internacionalismo.

O fundamental das contradições de classe é que elas se manifestam na sociedade através da multiplicidade objetiva das ocupações e camadas sociais, que dificulta a percepção subjetiva dos trabalhadores da unidade estrutural de sua condição. E a ligação entre a multiplicidade objetiva e a unidade subjetiva só pode ser feita pela ação e luta de classe. Mas a burguesia também tende a diferenciação interna, que se expressa nas lutas pelo poder de Estado, por políticas econômicas e no terreno internacional nas guerras imperialistas. Na economia as disputas internas à burguesia são resolvidas através da concorrência que leva o monopólio, no terreno político pela guerra e violência de classe.

As frações do proletariado (suas categorias ocupacionais e camadas) que tendem a se tornar a forcas principais da revolução em cada país concreto, irão variar em função de sua posição estrutural estratégica (por exemplo, importância de cada setor de atividade para o PIB de cada país), da sua participação no conjunto da força de trabalho (maioria, parcela expressiva ou minoria), experiência histórica de ação e organização (relação de colaboração ou antagonismo com o Estado e os patrões), e por fim, pelo grau de integração sistêmica (ou seja, acomodação ao capitalismo) – que tende a ser o fator determinante para a sua mobilização ou não no processo revolucionário, que é um resultado da combinação dos fatores anteriores.

É incorreto considerar que uma fração do proletariado em especial poderá sozinho dirigir ou realizar um processo revolucionário socialista. Existem fra-

ções que serão imprescindíveis ao processo revolucionário, não como “direção”, mas como sujeitos do processo, e essas irão variar de país para país, de acordo com as diferenças econômicas, históricas e a combinação dos diversos fatores indicados acima.

Mas o que é determinante é a mobilização de parcelas expressivas de todas as frações da classe trabalhadora existentes, por meio das diferentes categorias ocupacionais e camadas sociais. Todas essas diferenciações mostram não que as contradições de classe perderam importância, ao contrário, elas atravessam todas essas diferenças. Mas o que é inevitável é que uma política internacionalista do sindicalismo revolucionário exige que os setores marginalizados do proletariado no centro e na periferia, integrantes da esfera inferior do mercado de trabalho são parte essencial de qualquer processo revolucionário.

E para conseguir criar a polarização de classes que gera a dualidade de poder da situação pré-revolucionária, é preciso uma estratégia, um programa e uma linha de ação que resolva as contradições e diferenciações de classe e permita sua unificação internacionalista. Isso exige também a compreensão da natureza do capitalismo contemporâneo e suas contradições.

4- A Conjuntura: O Capital, O Estado e a Luta de Classes na atualidade

O desenvolvimento da acumulação capitalista em escala mundial pode ser periodizado em quatro grandes etapas, caracterizadas por diferentes formas de divisão do trabalho internacional, relações de produção e papéis do Estado. A fase do capitalismo concorrencial (1760-1870), a fase do capitalismo monopolista (1870-1920), a fase do capitalismo monopolista de Estado (1920-1980) e a que podemos chamar de capitalismo ultramonopolista (1980 até os dias de hoje). O processo de desenvolvimento capitalista na sua primeira fase foi marcado pela formação de uma relação de dependência entre os países da Europa, que ocupavam o centro, e os demais países coloniais e periféricos. A acumulação capitalista se realizou pela exploração dos países coloniais pelos impérios. A primeira revolução industrial se desenvolveu nesse momento. Esse momento foi logo sucedido pelo processo de concentração de capitais nas grandes empresas e corporações e desenvolvimento do capital financeiro, os quais foram acompanhados pelos processos de centralização estatal, especialmente na Alemanha.

O imperialismo é essencialmente um sistema de exportação de capitais dos países do centro para a periferia. Tais mudanças na estrutura do capitalismo foram produto tanto do ascenso da luta de classes na Europa como na crise do capital. No início do século XX o mundo viu as taxas de produtividades e de lucro declinarem. Portanto, na origem da exportação de capitais do centro para a periferia, estava a possibilidade e a necessidade de aumentar a taxa de lucro através da super-exploração do trabalho, imposta no exterior.

O imperialismo era ao mesmo tempo o capitalismo monopolista (dos grandes bancos e empresas) que investiam na super-exploração da força de trabalho da periferia, tanto assalariado como de formas não-capitalistas. O duplo mercado de trabalho é uma das principais instituições do imperialismo. O que é esse duplo mercado? É um mercado que possui dois níveis, um superior e outro inferior. O duplo mercado permitiu uma segmentação do proletariado por condição sócio-econômica, criando um mercado de trabalho relativamente protegido e bem remunerado que correspondia de maneira geral à divisão entre países de centro e periferia (incluída aqui a semi-periferia), ou

dentro do centro e da periferia, em um mercado de ocupações bem remuneradas qualificadas, com garantias jurídicas e socialmente valorizadas, e outras ocupações desprovidas disso. Esse processo de fragmentação vem sendo intensificado pelo capitalismo ultra-monopolista.

Diante da grave crise do capitalismo dos anos 1920 fez a burguesia optar por políticas de intervencionismo de Estado para garantir a manutenção e reprodução do sistema capitalista. Assim, a guerra entre Impérios que se expressou na Guerra Fria foi marcada por um modelo de intervenção estatal direto na economia. Trata-se do modelo fordista-keynesiano, que foi forjado pela elite orgânica da burguesia internacional e teve como marco inicial o New Deal estadunidense, se consolidando com o Estado de Bem-Estar Social da Europa Ocidental. É importante destacar que o socialismo real também seguiu o modelo de intervenção estatal na economia. Na periferia, o fortalecimento do Estado foi caracterizado pelas diferentes formas de nacional-desenvolvimentismo (peronismo, cardenismo, varguismo, etc.).

O capitalismo monopolista de Estado representou o desenvolvimento sistemático da intervenção do Estado na economia, nos países do centro, com o modelo fordista-keynesiano, baseado numa política microeconômica de elevação dos salários médios e criação de salários indiretos, implicou que, em termos internacionais, a esfera superior do mercado de trabalho abrangesse uns poucos países do centro. A política do Estado Providência contou com o apoio decisivo dos sindicatos reformistas europeus e estadunidenses que promoveram uma política de colaboração de classes.

Dentro dos países capitalistas, essa mesma lógica de segmentação do mercado se produziu, correspondendo ora a clivagens étnicas (por exemplo, os migrantes na Europa e EUA), ora a clivagens sociais diversas (migrantes das zonas rurais no Brasil, ou mesmo negros) que tinham como destino certo a ocupação em profissões com baixa remuneração e sem garantias. O duplo mercado garantia assim os mecanismos concretos de acentuação da exploração do trabalho, o aumento das taxas de mais valia absoluta e conseqüentemente da taxa de desigualdade social entre centro e periferia, e dentro do centro e periferia, entre proletários integrados e não-integrados. Essa característica foi o traço principal do desenvolvimento capitalista, mesmo sob as condições do capitalismo monopolista de Estado, na sua forma fordista-keynesiana e do Estado de Bem-Estar-Social e do nacional-desenvolvimentismo na periferia. A questão é que existe uma relação entre o

desenvolvimento sob forma fordista e o subdesenvolvimento nacionalista na periferia, já que ambos faziam parte da mesma estrutura mundial de acumulação.

No processo de desenvolvimento mundial da acumulação capitalista, fica comprovada a correção da tese de Bakunin acerca da dialética entre imperialismo (capitalismo monopolista) e estatismo, onde o desenvolvimento do Estado foi normalmente paralelo e em vários momentos pré-condição para o imperialismo. O papel do Estado se acentuou na acumulação capitalista, mostrando que esse não é um mero reflexo das relações de produção.

Na nova fase ultra-monopolista do capitalismo mundial, vemos algumas mudanças na estrutura do imperialismo: a exportação prioritária de capitais para a Ásia, combinada com a difusão de um modelo microeconômico toyotista (japonês) e formas de acumulação primária (especialmente baseadas no modelo chinês), que levam à superexploração, precarização e escravidão. Esse modelo tem possibilitado um maior crescimento econômico regional na Ásia, e impulsionou os processos de reformas do Estado no centro (Europa-EUA) e periferia, e possibilitou o desenvolvimento do neoliberalismo. Mas o traço principal do período ultra-monopolista do capitalismo é que ele estende mecanismos que estavam presentes na estrutura do imperialismo na época do capitalismo monopolista de Estado, especialmente o duplo mercado de trabalho que é um dos principais mecanismos de ação do imperialismo.

A crise de 1970 expressou grandes problemas macro-econômicos (hiperinflação, dívida externa) para o sistema capitalista mundial. O salto realizado do capitalismo de Estado (caracterizado pela intervenção social do Estado, principalmente no campo da economia) ao capitalismo ultra-monopolista significou a superação do modelo fordista de produção pelo modelo toyotista, baseado no aumento da exploração burguesa sobre o proletariado mundial. Todo esse período está caracterizado pelo surgimento de gigantescas corporações multinacionais, pelo multicolonialismo renovado, o permanente e constante avanço tecnológico, a reorientação geográfica dos investimentos imperialistas e um novo processo de Divisão Internacional do Trabalho (DIT) expresso na constante desregularização do mercado financeiro, a dolarização monetária, novos processos de acumulação imperialista (privatizações) e o subsequente desmantelamento do Estado de bem estar social.

A nova divisão o mundo implicou no surgimento de países semi-periféricos caracterizados por vários processos de integração capitalista internacional. Em 1990, o Leste Europeu foi incorporado ao sistema internacional de países semi-periféricos, composto por distintos países da América Latina, Ásia e África. Em todo o mundo, incluindo a Europa Ocidental e Estados Unidos se registram aumentos nas taxas de desigualdade e pobreza.

Os novos fundamentos da acumulação durante o período ultramonopolista são a capacidade de introdução mundial de inovações tecnológicas entre e dentro dos ramos de produção e a descentralização dos processos produtivos dos países centrais e industrializados aos países periféricos e semi-periféricos, onde se encontra o trabalho super-explorado que eleva a produtividade e a intensidade, quer dizer, que aumento a exploração capitalista, produzindo nos ramos e nos países diferenças entre o valor e a força de trabalho, engendrando fenômenos capitalistas contemporâneos como a precarização, a ampliação do mercado informal e novas formas sub-humanas de trabalho. América Latina, por exemplo, sofreu um período de integração no sistema mundial que compreende desde os anos finais do século XVIII até a década de 1930. Neste período, se realizou uma primeira DIT no continente, sob a qual os países centrais saqueavam matéria prima e produtos agrícolas do continente que tinham como destino as novas necessidades engendradas pelo desenvolvimento industrial desse período orientado sempre pelos países centrais. Este processo significou para a América Latina taxas de desigualdades de comércio e dominação mediante a contribuição forçada à acumulação da mais valia relativa por meio de um aumento na taxa de exploração capitalista das massas trabalhadoras da região.

Nos anos posteriores a 1930, um novo processo de produção e reprodução de novas formas de acumulação de capital depois de uma grande crise geral do capitalismo internacional desemboca na industrialização da periferia e a nascente semi-periferia e o surgimento do Capitalismo de Estado, que nos países periféricos orientou este processo. Neste período, se realiza uma segunda DIT, que implica o surgimento e a integração industrial da semi-periferia. México, Argentina e Brasil são os países mais representativos deste processo na América Latina, representativos de países semi-periféricos que possuem como característica o reinvestimento do Capital agro-exportador em indústrias não duráveis e semi-duráveis, a intervenção estatal que orienta

o desenvolvimento de infraestrutura, transporte, comunicação, energia; e a indústria base, siderurgia, minério e petróleo.

A característica política desse processo é a ampliação da força do estatismo, mediante a intervenção estatal na orientação política e ideológica nacional-desenvolvimentista no âmbito internacional do modelo fordista-keynesiano. Assim, os governos de Getúlio Vargas no Brasil (1930-1945, 1951-1954); Juan Perón na Argentina (1946-1955, 1973-1974) e Lázaro Cárdenas no México (1934-1940) foram os responsáveis por criar as condições necessárias para o crescimento industrial de 1950-60. As condições criadas para a segunda Divisão Internacional do Trabalho ocorre depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) por conta da implantação das plantas industriais do centro aos países semi-periféricos da América Latina.

O crescimento industrial esteve condicionado pela entrada de grandes volumes de recursos imperialista (Investimento Estrangeiro Direto) que tiveram influência concreta no endividamento progressivo das semi-periferias com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, com o capitalismo internacional imperialista. A diferença dos países centrais em seu processo de industrialização é que na semi-periferia este processo se caracteriza pelas relações de dominação entre nações centrais e semi-periféricas expressadas nas correntes da dependência nacional, da industrialização dirigida pela política externa dos países centrais. Essa característica e esse processo da origem a expansão da burguesia internacional, que engendra o bloco da burguesia imperialista com a burguesia dependente das semi-periferias que, estreitando laços dão origem a uma burguesia internacional e associada.

Para o proletariado, este processo significa a super-exploração mediante a compressão salarial, a intensificação do trabalho, o aumento da jornada de trabalho, e uma novidade deste processo, o avanço tecnológico (e com ele o aumento do exército industrial de reserva), além da segmentação do trabalho em estratos inferiores e superiores do proletariado fundamentado em diferenças nacionais, étnicas, raciais e categorias ocupacionais.

Nesse período o Capital e o Estado geraram contradições de classe a nível de nações, contradições entre países que se expressam no subdesenvolvimento dependente das semi-periferias pelos países centrais, um uma expansão nas relações de exploração do proletariado mundial pela burguesia, permitida pela expansão e circulação do Capital e garantida, reproduzida e re-

forçada pelo Estado. A nível histórico-universal, este processo se expressou concretamente pela impossibilidade do pacto reformista do centro sob o modelo fordista na semi-periferia, mediante a negação total de qualquer renegociação da dependência ou da diminuição da exploração e a mínima garantia de bem-estar social do proletariado, quer dizer, de qualquer luta reivindicativa, legal e pacífica, por obra e graças a mais forte reação da ditadura militar burguesa na América Latina.

Depois do salto do Capitalismo de Estado ao Capitalismo ultra-monopolista, caracterizado pela constante desregularização do mercado financeiro, a dolarização monetária, novos processos de acumulação imperialistas (privatizações) e subseqüentemente o desmonte do Estado de bem-estar, as relações de exploração operam uma nova transformação, que implicou no retrocesso agro-exportador na semi-periferia e a intensificação da luta de classes. A intensificação da precarização do trabalho, a super-exploração e o aumento do conflito agrário e étnico coloca o antigo modelo em crise e provoca a luta pela defesa da garantia dos direitos. O estancamento relativo cria os espaços para a formação de "Frente Populares anti-neoliberais", que demonstram a crise do proletariado dentro de seu próprio campo de batalha (expresso nas direções reformistas e burguesas que direcionam suas lutas) e em sua luta contra a burguesia mundial e seu modelo de exploração e miséria ultra-monopolista.

O desenvolvimento desse período, corre paralelo ao desenvolvimento do "Neopopulismo Latinoamericano", surgido da continuação da crise do proletariado e do desenvolvimento da luta de classes, após as crises e lutas levadas a cabo entre 1997 e 2003, cujo ponto chave de integração esta no grau de contradição de suas políticas, os interesses das massas exploradas e o modelo ultra-monopolista do Capital/Imperialismo. Neste período contemplamos uma nova dilatação das formas de acumulação de Capital mediante a "acumulação flexível" e a mudança do epicentro semi-periférico em expansão da América Latina para a Ásia. O modelo semi-periférico asiático continua a orientação do imperialismo, baseado em uma plataforma de exportações, mantendo as relações de dominação capitalista mediante a satisfação das necessidades e as demandas externas da economia central-burguesa global. Esta mudança geográfica transforma as relações entre os países e entre as classes e cria todo um novo universo de contradições para o proletariado mundial.

A crise atual do capitalismo mundial representa uma ruptura com o longo ciclo de acumulação de Capital iniciado em 1960, que se expressa em uma nova configuração da economia burguesa caracterizada pela luta entre dois modelos econômicos (estatismo nacional-desenvolvimentista e neoliberalismo) e a confrontação geopolítica internacional inter-imperialista pela hegemonia mundial dos Estados.

A particularidade histórica do contexto atual reside não em uma simples contradição do crédito e a finanças, ou em uma crise clássica de superprodução, e sim nas transformações provocadas pelo atual cenário da sociedade burguesa. Para a América Latina, este período se caracteriza pelo estancamento operado desde a década de 1980, que inverte a contínua tendência de crescimento de acumulação de capital, independentemente da política expansiva no continente sob a nova DIT, onde a Ásia assume a posição chave. Dentro do mesmo ciclo de crescimento e expansão em escala global, certas regiões registram condições regressivas em comparação ao período anterior, embora essas recessões não impliquem uma crise estrutural, senão efeitos de reestruturação e hierarquização do Capital em escala mundial. Ao mesmo tempo, nessa nova DIT as condições de desenvolvimento das crises são muito diferenciadas, sendo reservada a América Latina contradições e díspares, tanto entre Brasil, México e Argentina, como entre estes países e os outros países do Cone Sul e de América Central e do Caribe.

Atualmente, em 2008, a burguesia respondeu a crise com medidas anti-cíclicas propostas pelo FMI e pela CEPAL, onde presenciamos a abertura de uma nova conjuntura, onde os organismos financeiros do imperialismo adotam medidas estatistas para a regularização das políticas financeiras da economia capitalista. Sendo a conjuntura atual um processo em curso, podemos desenvolver teoricamente distintos possíveis cenários que poderão variar em relação à atividade e a luta de classes. A presença ou ausência de algum dos fatores pode mostrar a atuação das tendências e/ou contra-tendências de agravamento da crise capitalista e seu atual padrão de acumulação. Nossa situação atual, a nível histórico-universal, se caracteriza pelos seguintes elementos sociais:

- a)** A imaturidade das contradições inter-imperialistas, entre os blocos da Rússia/China e EUA/UE.
- b)** A ação capitalista internacional através da coordenação bancária e a ação empresarial expressada nas ajudas estatais dos bancos centrais.
- c)** Caráter sincrônico, desigual e combinado da crise atual, com efeitos de recuperação lentos e subordinados a luta entre e das classes.
- d)** Acumulação de Capitais baseada nas bolsas especulativas e na simbiose econômica entre os países (sistemas financeiros entre EUA/UE, interesses comerciais e fiscais EUA/China).
- e)** O movimento proletário se encontra imerso em uma grande crise de orientação, direção e organização.

A situação histórico-universal apresenta um cenário complexo, no entanto, é o conflito entre as classes o fator decisivo para o resultado das contradições. O proletariado deve entrar na práxis histórica se não quer ver passar sobre sua cabeça mais uma vez o devir histórico.

5- A luta de classes hoje: a criação de uma oposição autônoma no movimento de massas

Diante desse quadro, cabe reafirmar uma determinada política. Podemos dizer que hoje, temos algumas tarefas gerais permanentes, se quisermos levar a sério a luta pelo socialismo e pela emancipação da classe trabalhadora internacional.

A. O socialismo enquanto programa/objetivo implica na destruição do sistema capitalista, na coletivização geral e no federalismo, na destruição das desigualdades de classe e do Estado e de todo sistema imperialista, ou seja, no auto-governo dos trabalhadores de acordo com o modelo Comuna-Soviet.

B. A estratégia para construção de uma sociedade socialista é a revolução, não reformas progressivas, nem a revolução democrático burguesa ou anti-imperialista, nem uma revolução com programa parcial (uma etapa de transição mediada por um Estado e uma Ditadura para um comunismo num futuro indefinido). A revolução é socialista e tem como objetivo a realização integral do socialismo no imediato período pós-revolucionário.

C. A tática ou pré-condição dessa revolução são: Organização Internacional dos revolucionários sobre o programa Anarquista e organização Internacionalista dos Trabalhadores, bem como as unidades de base do sindicalismo revolucionário nos diferentes países. Essas organizações irão ligar o programa reivindicativo de massas, baseado na negação do capital ultramonopolista e do estatismo (desenvolvimentista) com os objetivos programáticos socialistas. No centro, implica na defesa e alargamento dos direitos e salários iguais para todas as ocupações (manuais e não-manuais, e camadas do proletariado e suas minorias). Nas periferias, na luta pela igualdade com os países do centro dos salários direitos e indireto, liberdade de organização e propaganda para os trabalhadores e autonomia. Para podemos apresentar a nossa linha política, temos de marcar diferença em relação a linha que predominou no século XX, a teoria comunista da revolução permanente. No plano da organização política, essa teoria se cristalizou na política da frente antiimperialista. Em sua versão revolucionária, resultou nos movimentos de libertação nacional em alguns países da periferia (a maioria dos casos, pela

ruptura com a orientação dominante vinda da URSS). Na versão reformista, a mais generalizada, preconizava a conquista do Estado por meio das eleições e a realização de reformas estruturais. No plano da organização de massas, implicava no sindicalismo de tipo social-democrata, que subordinava seus objetivos dos sindicatos aos objetivos da própria frente, e restringia a luta econômica ao economicismo – que era introduzido de “fora” da classe pela linha política reformista. Esse economicismo implicava na aceitação e fortalecimento das contradições e diferenciações dentro da classe; no centro, na aceitação do estado de bem estar social, sacrificando os trabalhadores da periferia em seu conjunto; na periferia, certas categorias ocupacionais aceitaram certos compromissos, sacrificando as demais que compunham as grandes massas de trabalhadores. A luta econômica e política dos trabalhadores eram restringidas ao economicismo, ou seja, o objetivos econômicos adequados à tática da frente anti-imperialista e a teoria e estratégia da revolução permanente.

É importante indicar que o socialismo, na teoria anarquista da revolução, é um conjunto de medidas concretas (econômicas, políticas e sociais), e ele é relacionado à luta de classes e ao desenvolvimento histórico do processo revolucionário. Esse programa é parte da organização revolucionária anarquista e define sua função. Ao mesmo tempo, ele se relaciona ao programa reivindicativo aplicado nas lutas locais e imediatas dos trabalhadores, e também é sustentado pela organização anarquista, através da criação de organizações de massa que mantém sua relação com o objetivo socialista e revolucionário não por decreto ou declaração ideológica formal, mas porque as medidas do programa reivindicativo e a luta que engendra e que potencializa, faz parte das condições necessárias ao desenvolvimento do próprio processo revolucionário. Assim, o socialismo é um programa para ser aplicado integralmente na situação pós-revolucionária, e o programa reivindicativo não somente tem em germe os elementos da sociedade socialista, como ela ajuda a preparar as forças coletivas do proletariado para realizar a revolução socialista. É por isso que a organização política (de tipo-aliança) mantém uma relação dialética com a organização de massas (tipo-AIT), pois essas organizações permitem que ao mesmo tempo a defesa intransigente da teoria e política revolucionária anarquista, e a expansão não sectária do movimento de massas, ao eliminar as questões de ordem ideológica, religiosa, moral e etc. dos pré-requisitos para a organização dos trabalhadores, fortalecendo a uni-

dade de classe. O programa socialista, ou seja, esse conjunto de medidas concretas a ser aplicado após uma revolução vitoriosa são:

- 1)** Liquidação de todos os dispositivos de Estado (parlamento, poder executivo, forças armadas, burocracia, diplomacia);
- 2)** Supressão da administração de Estado Monárquica, Ditatorial ou Republicana; armamento geral e universal do povo e sua transformação em povo-exército-revolucionário;
- 3)** Instituição das Comunas Soviets como órgãos base de gestão da sociedade (as comunas locais elegerão representantes para as Comunas-Soviets Regionais e estes para o Congresso Nacional que constituirá a Federação Socialista) como forma de Auto-Governo dos Trabalhadores;
- 4)** Eleição direta e mandatos imperativos para todas as instâncias de tal federação e nivelamento dos salários dos representantes eleitos com o salário-base dos trabalhadores;
- 5)** Coletivização das empresas estrangeiras e multinacionais em cada país;
- 6)** Coletivização das terras e recursos naturais dos países;
- 7)** Criação das comissões locais de gestão econômica, para garantir o controle do proletariado sobre os diferentes ramos da economia e sociedade nos locais de trabalho e produção que garantam sua gestão direta e democrática;
- 8)** Publicização de todos os tratados e medidas do Governo Revolucionário e dos governos burgueses anteriores, bem como das instituições econômicas;
- 9)** Promoção da liberdade de propaganda, organização e crenças culturais e religiosas;
- 10)** Reconhecimento do direito de auto-determinação dos povos, através da política internacional a luta revolucionária contra o imperialismo e internamente pelo reconhecimento do direito de secessão e soberania dos povos.

A política derivada da terá da revolução permanente aniquilou o internacionalismo e o classismo. Os trabalhadores abdicaram da solidariedade internacional em nome de pactos nacionais. Os do centro sacrificaram os da peri-

feria em seu conjunto. Os da periferia, sacrificaram determinadas categorias ocupacionais. O capital ultra-monopolista agora devora esse pacto e com ele os próprios trabalhadores e suas ilusões. A nossa linha política coloca a centralidade não na conquista do Estado. Por isso as lutas econômicas e políticas dos trabalhadores adquirem outro significado e lugar. A visão da luta anti-imperialista deve levar necessariamente a uma abordagem crítica do conceito de imperialismo da perspectiva bakuninista. Nesse sentido, para poder fazer uma definição bakuninista de imperialismo é necessário primeiro identificar o que Bakunin havia definido estatismo e forças coletivas que definem de forma resumida o papel do Estado na história e no capitalismo. O que caracteriza o capitalismo para Bakunin é exploração das forças coletivas do proletariado, na qual o Estado cumpre um papel fundamental de fiador das condições sociais necessárias pela violência.

Na teoria do imperialismo existem diferenças. Existe um predomínio teórico da linha stalinista-maoista baseada na teoria da coexistência pacífica, mas também há uma disputa na caracterização do conceito de imperialismo que tem graves conseqüências. Num lado existe uma caracterização do imperialismo como fenômeno de trocas desiguais em que a transferência de capital é o núcleo principal. Ou seja, o problema é colocado da ótica burguesa, da maior ou menor acumulação de capital local, de onde se vislumbra a necessidade de um Estado forte para combater a exploração externa, e assim a idéia da aliança com a burguesia nacional é central. Essa visão coloca todos os problemas da exploração do trabalho como secundário, como se o imperialismo fosse a exploração da nação em seu conjunto. De outro lado temos a teoria do imperialismo que entende que o centro do imperialismo está na exploração e super-exploração do trabalho e nas formas de sua organização de maneira a aumentar a taxa de lucro, ou seja, no controle das forças coletivas do proletariado, sendo a transferência de capitais para os países baseada exatamente na possibilidade maior ou menor de controlar as forças coletivas e produtivas, o que exige freqüentemente um Estado repressivo.

A forma particular assumida por essa relação geral de super-exploração é que tem de ser identificada pela análise materialista bakuninista, para traçarmos a linha política e de massas de intervenção nos diferentes países. Por exemplo, a redução salarial por mecanismos toyotistas é um elemento internacional. É certo que o toyotismo precariza as relações econômicas dos trabalhadores, flexibiliza as relações de trabalho – esse é um caráter internacio-

nal ou geral. O particular é que setor da sociedade vai ser discriminado e marginalizado, submetido a relações de super-exploração específicas, qual a dimensão assumida pelas frações de classe, categorias, camadas, no interior de um sistema econômico (o que condiciona a forma de abordagem e o protagonismo de diferentes setores sociais). Nesse sentido, entendemos que devemos fazer uma abordagem mais complexa, exatamente fazendo que a luta anti-imperialista esteja englobada na luta contra a exploração no local de trabalho. Exatamente pelo fato do imperialismo ser um fenômeno econômico e político, de infra-estrutura, que a luta anti-imperialista do ponto de vista bakuninista não pode reproduzir a estratégia da luta super-estrutural (opondo controle nacional X controle estrangeiro de empresas e recursos estratégicos por meio do Estado).

Assim, sabendo que um dos mecanismos principais do imperialismo reside na centralidade e particularidade que a exploração vai assumir, garantindo maiores taxas de lucro e transferências de capital para os países centrais, devemos ter outra linha de ação. Na realidade, o que queremos colocar é que na luta do movimento operário dentro das grandes empresas industriais e bancos multinacionais, dentro do setor agroexportador e etc. é em que reside espaço efetivo da luta anti-imperialista da ótica bakuninista. A própria luta econômica deve ser resignificada. A luta pelo aumento salarial deve ser politizada como luta contra a própria essência do imperialismo que é a desigualdade internacional de salários e a maior exploração (e aniquilação de direitos políticos e sociais) dos trabalhadores da periferia.

Na realidade, a luta anti-imperialista deve reconhecer a centralidade da exploração (e essa é a defesa de Bakunin) na sociedade capitalista. Do ponto de vista bakuninista a luta anti-imperialista não pode ser a luta por uma maior acumulação capitalista local que resulte em melhor distribuição de renda (que é o real conteúdo do chavismo e bolivarianismo populista na América Latina), mas sim a luta contra a exploração e super-exploração que é a forma particular que assume o imperialismo nos países periféricos. Além disso, a própria reestruturação produtiva toyotista, amplia a super-exploração no centro (sobre migrantes e minorias), criando condições objetivas para organização internacionalista dos trabalhadores. Isso implica na luta contra os mecanismos e efeitos econômico-políticos da reestruturação produtiva (desemprego, terceirização e precarização do trabalho e etc.). Implica também na ação direta contra as grandes empresas monopolistas e agroexportadoras, na

bandeira do controle operário sobre a produção nos setores estratégicos da economia (como petróleo, hidrocarbonetos, gás), pois esse controle é o que garante a ruptura com a cadeia imperialista mundial. E o controle operário não é a co-gestão estatal ou gestão cooperativa, é o controle pelo poder de pressão associativo do próprio processo de produção. Assim, devemos abordar o problema da nacionalização desse ponto de vista, ao invés de opor a luta anti-imperialista pela nacionalização às lutas econômicas (umas como “políticas” e outras como “econômicas”), devemos ver que dentro de uma determinada política, elas são econômicas e políticas e políticas ao mesmo tempo.

Para romper o edifício imperialista é preciso romper os elos capitalistas nas periferias e semi-periferias do capitalismo, o que provocaria uma crise das bases econômicas que sustentam outra face do imperialismo, que é a cooptação econômica de setores do proletariado integrados nos interesses da burguesia nacional no centro (possibilitada exatamente pela taxa extra de acumulação de capital oriunda da super-exploração da periferia e dos trabalhadores marginalizados no centro). A revolução socialista internacional tende a ser da periferia para o centro, no sentido em que, para que o imperialismo seja destruído, é imprescindível que sejam destruídas as relações de dependência e super-exploração, e nesse processo, os próprios trabalhadores da periferia são os protagonistas. Mas essa tendência não significa que a revolução na periferia se dá de forma endógena, ao contrário, ela é necessariamente um processo combinado de luta de classes que se desenvolve nos países do centro e da periferia, podendo ocorrer avanços na luta de classes e mesmos revoluções no centro que alimentam a luta de classes e a revolução na periferia, Mas o fundamental é que nenhuma revolução internacional será socialista se ela não tiver na periferia não somente um ponto de apoio, mas o protagonismo dialético e combinado com a luta de classes no centro. Nesse sentido, os trabalhadores devem ter uma estratégia internacionalista de romper o elo de produção imperialista diminuindo a taxa de lucro na periferia e ajudando assim a agonizar a própria crise do capitalismo a nível internacional, pois inviabilizando a super-exploração na periferia se abre também espaço para a inviabilização das concessões econômicas e cooptação dos sindicatos e da classe trabalhadora no centro. Ou seja, cria-se espaço para avanço da revolução proletária no centro a partir da crise do sistema provocada pela luta de classes na periferia. A tese da “Revolução da Periferia para

o Centro” (defendida por Bakunin) se aplica também em escala internacional à economia política do sistema mundial.

É nesse sentido que visualizamos a nossa tese sobre a revolução internacional, que deve ser da periferia para o centro e de baixo para cima, tanto no sentido econômico quanto político. Nesse ponto, a análise sociológica e econômica bakuninista se mostra diferenciada, nem super-estrutural, infra-estrutural, mas dialética, pois aponta os elementos políticos das lutas econômicas e o conteúdo econômico da luta política. Sem essa abordagem teórica diferenciada, não existe tática, nem estratégia diferente das estratégias nacionalistas burguesas e comunistas reformistas, e os trabalhadores se perderão sem programa imediato e sem programa revolucionário. Por isso a teoria é central, como afirmavam Bakunin e revolucionários como Nestor Makhno e Jaime Balius. As lutas econômica e política se realizam através de formas legais e ilegais, públicas e clandestinas, ideológica e teórica. É preciso entender e combinar essas formas de luta, que não correspondem a uma divisão entre organizações “sindicais e políticas” (tanto os sindicatos quanto as organizações políticas revolucionárias fazem luta legal e ilegal, pública e clandestina, e existem formas de luta legal que não são estatais, como a luta teórica dos intelectuais). Não existe uma cisão absoluta entre essas formas de luta, mas combinações complexas historicamente determinadas.

5.1 - O problema das crises do capitalismo, da crise de organização do proletariado e da linha de massas internacional

Outro componente fundamental da linha política e de massas reformista é sua dependência da “crise do capital”. A idéia da crise do capital é fundamental para legitimar a política reformista, pois ela se legitima por ter um programa para superar a crise (ou estagnação) do capital por meio de reformas estruturais. Para isso aprofunda o economicismo e o nacionalismo entre os trabalhadores, criando as condições para a crise do proletariado, minando, contraditoriamente, as bases do seu próprio poder no médio prazo – a mobilização das massas.

As crises cíclicas e estruturais do capitalismo não resolvem nunca as crises do proletariado, que, nesse momento histórico, está longe de ser apenas

uma crise de direção, mas é uma crise dos modelos de organização. Nesse sentido, as condições subjetivas são entraves para uma ação autônoma que incida sobre a crise do capitalismo e a transforme de crise cíclica (resolvida pela competição e intervenção burguesa) em crise revolucionária (resolvida pela luta e organização política e econômica do proletariado). Dessa maneira, diante das diferentes crises do capitalismo, não se conseguirá romper com o círculo vicioso da integração sistêmica ou desintegração cíclica, senão rompermos com as táticas, teoria, e programa da revolução permanente.

O fundamental é que a reconstrução de um sindicalismo de tipo revolucionário implica no combate no centro, aos modelos de sindicato social-democratas (suas formas de organização, táticas e ação) e na periferia dos modelos híbridos (social-democratas, corporativistas-fascistas como existentes no Brasil e no México). Esses modelos de sindicalismo reformista e de Estado estão assentados sobre a burocracia sindical e aristocracia operária (entendida como uma camada de trabalhadores mais bem pagos cooptados pelo sistema). Dessa maneira podemos falar que os anarquistas e os trabalhadores têm dois conjuntos de tarefas imediatas: as de organização e as de luta e reivindicação, profundamente relacionadas entre si. Para implementar outras reivindicações, será preciso combater as organizações existentes e suas direções, e para organizar os trabalhadores para isso é preciso reivindicações imediatas.

Nesse sentido, podemos dizer que a luta contra a burocracia sindical (de tipo charrista-peronista-varguista em países da periferia) e social-democrata, comunista e reformista nos países do centro é uma tarefa e uma dimensão essencial da luta de classes, pré-condição do desenvolvimento da consciência e unidade de classe, característica da linha internacional de massas do sindicalismo revolucionário. A formação dessas burocracias sindicais e partidárias é um dos efeitos do desenvolvimento do estatismo, na sua fase capitalista monopolista de Estado sendo a tarefa da luta de massas bakuninista conduzir a luta pela ruptura com suas bases sociais e ideológicas. Como parte do desenvolvimento do estatismo e capitalismo há um efeito fundamental: a pulverização e fragmentação sistemática da classe trabalhadora (na América Latina através dos diferentes modelos de desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado como “peronismo na Argentina”, o “priismo” no México e “varguismo” no Brasil). Assim a luta contra o burocratismo e a burocracia

cia é uma tarefa essencial da luta contra o “estatismo”, pilar do sistema capitalista-imperialista.

A luta contra os efeitos da crise econômica devem ser combinados com a luta contra a crise de organização e direção do proletariado, e para isso precisamos ter uma linha clara, política e de massas. As reivindicações imediatas são um componente essencial dessa linha política internacional, não somente porque elas visam mobilizar os trabalhadores, mas porque elas visam gerar ou aprofundar o antagonismo dos trabalhadores com o capital e o Estado e combater à hegemonia das correntes reformistas e conservadoras, que ajudam no funcionamento e reprodução do próprio sistema. Ao mesmo tempo, esse programa é composto por elementos que visam apresentar propostas para a luta imediata dos trabalhadores. Em sua dimensão econômica, política e de suas condições de trabalho e vida (incluindo ambiental)

Nosso programa reivindicativo imediato se subdivide em seis eixos gerais, que devem ser aplicados aos diferentes países a partir de uma análise específica da sua estrutura de classes, história, principais conflitos e etc. E devem ser adicionados programas nacionais específicos.

Programa Reivindicações Econômicas Gerais (Rurais e Urbanas)

- Jornadas de Trabalho de 6 horas sem redução salarial em todos os continentes;
- Piso salarial igual para os trabalhadores das empresas multinacionais em seus países de origem e nos países em que atuam em qualquer parte do mundo;
- Salário mínimo regional para todos os trabalhadores baseado no cálculo do custo de vida da região (continente ou bloco econômico) e fixado em dólar;
- Escala móvel de reajuste salarial para combater efeitos de crises e inflação e demais perdas salariais.

Programa de Reivindicações Econômicas Indiretas (Educação, Saúde, Moradia e etc.)

- Auxílio desemprego por dois anos pelo valor do salário mínimo regional;
- Expansão dos sistemas de ensino público e gratuitos em todos os níveis para atender a demanda da população;
- Expansão dos sistemas de saúde gratuitos até atingir a demanda da população;
- Obrigatoriedade do sistema privado de saúde realizar atendimento emergencial e essencial a população de baixa renda;
- Indexação dos aluguéis num valor máximo de 15% do salário mínimo vigente em cada país;
- Indexação do valor mensal do transporte coletivo para que não ultrapasse 10% do salário mínimo vigente em cada país;

Programa de Reivindicações Políticas Gerais

- Liberdade de organização, reunião, propaganda; combate as burocracias, a tutela estatal e patronal); autonomia das organizações;
- Controle operário sobre a produção e sobre as nacionalizações;
- Libertação dos trabalhadores em situação de escravidão;
- Anulação de toda legislação restritiva à liberdade e autonomia de organização sindical e política dos trabalhadores;
- Anistia para trabalhadores criminalizados e penalizados em razão delas;
- Liberdade para presos políticos por motivo de defesa dos direitos dos trabalhadores e minorias oprimidas;
- Liberdade de organização e reunião no local de trabalho e de acesso ao mesmo dos representantes legitimamente reconhecidos pelos trabalhadores;
- Liberdade de propaganda em todos os níveis, garantindo o acesso aos meios de comunicação de massa (que são concessões públicas);
- Nacionalização sob controle operário dos setores estratégicos da economia, especialmente dos serviços públicos;

- Revogação das patentes de interesse público (medicamentos e etc.)
- Retirada imediata das tropas estrangeiras de todos os países ocupados;
- Retirada das tropas de ocupação interna do interior rural dos diferentes países.

Programa de Reivindicações Agrárias

- Distribuição de terras para os trabalhadores rurais e camponeses;
- Eliminação do plantio de cultivares transgênicos e utilização de agrotóxicos;
- Subsídios para a produção dos camponeses;
- Revogação das patentes agrícolas.

Programa de Reivindicações Econômico-Políticas Antidiscriminatórias

- Proteção dos territórios indígenas e povos nativos;
- Subsídios econômicos para a produção das populações indígenas e nativas;
- Garantir o seu acesso efetivo ao sistema de saúde e educação pública;
- Direito dos imigrantes fixarem residência com suas famílias nos países em que trabalham;
- Concessão de cidadania para os imigrantes que forem empregados em condições ilegais como compensação pela super-exploração;
- Liberdade e igualdade de direitos de manifestação cultural e religiosa;
- Piso salarial igual ao dos homens para as mulheres em todas as ocupações;
- Piso salarial igual para negros, indígenas, estrangeiros e etc. na mesma ocupação que brancos, nacionais e etc.;
- Licença maternidade remunerada de nove meses.

Programa Ambiental

- Criação de sistemas de tratamento dos resíduos sólidos e líquidos sob encargo das empresas e instituições poluidoras;
- Retirada de todos os depósitos de resíduos de áreas residenciais dos trabalhadores e populações pobres;
- Criação de um amplo sistema público de tratamento e coleta de resíduos, financiado por um imposto sobre os culpados de crimes ambientais;
- Inclusão da educação ambiental nas escolas;
- Punição para os responsáveis por crimes ambientais com o confisco integral dos seus investimentos ambientalmente degradantes;

Todas essas reivindicações são imediatas, ou seja, para organização e agitação entre os trabalhadores. Ao contrário da linha reformista e nacionalista que restringe as reivindicações econômicas ao mínimo para tentar resolver as questões pela conquista do Estado, esse programa eleva as reivindicações a outro patamar. Essa plataforma de reivindicações visa criar as bases para reconstrução da Associação Internacional dos Trabalhadores, ou seja, se objetivo não é a conquista do poder do Estado, mas o fortalecimento do poder associativo e de mobilização dos próprios trabalhadores. No local de trabalho e internacionalmente.

O internacionalismo não é só uma palavra vaga de apoio a causas exteriores. Mas deve se expressar nas reivindicações luta e organização dos trabalhadores em todos os países. Nas periferias, pela capacidade de organização dos trabalhadores pela extensão dos salários e sua equiparação com os dos trabalhadores do centro dentre outras coisas. No centro a discriminação se apresenta como racismo contra as minorias e nas periferias e semi-periferia pela discriminação das massas de origens indígenas e mestiça (grande parte da América Latina) e negra e mestiça (caso do Brasil). Para falar de internacionalismo é preciso combater o racismo e a discriminação, bem como as ideologias burguesas que levam os trabalhadores do centro a sacrificarem os da periferia e semi-periferia, e nas periferias ao setor “integrado/estruturado” das ocupações a se “diferenciar” dos trabalhadores integra-

dos na esfera inferior do mercado de trabalho, alimentando a ilusão ideológica de proximidade com a “burguesia”.

Essa luta imediata e programa reivindicativo de massas não apresentam uma relação de disjunção histórica (como o marxismo postulou, uma oposição entre o imediato e o histórico) com o programa socialista, ao contrário. Esse programa visa preparar parte, dizemos, parte, das condições objetivas e subjetivas da revolução socialista, e sem essa preparação consciente e organizada nenhuma revolução socialista pode ocorrer. A conquista e realização em escala internacional – mesmo que num ritmo desigual irá criar não somente bases materiais das novas relações de produção e poder, mas embriões das novas formas de gestão política da sociedade. Por isso hoje propomos:

O método de reconstrução da Aliança e da AIT. O diagnóstico feito das forças do proletariado na atual conjuntura indica que não é possível recriar imediatamente a Aliança Anarquista nem a AIT. Mas a experiência histórica mostra também que é preciso ter uma política de pequenos grupos que inicie a construção e baixo para cima, ou seja, do local para o nacional e internacional. Nesse sentido, o método da construção será o de instituir uma Rede Anarquista Internacional (RAI), com uma Coordenação Executiva; essa é composta provisoriamente pelas organizações fundadoras (UNIPA e OPAR); e as que venham a aderir ao bakuninismo; as seções da Rede criadas por sua própria iniciativa. As seções deverão criar frentes de massas dentro das lutas dos trabalhadores dos seus respectivos países e nessas frentes atuar sob a designação geral de Tendência Classista e Internacionalista (TCI).

As Seções da Rede serão responsáveis por iniciar e dirigir lutas econômicas e políticas dos trabalhadores e desenvolver a luta teórica e ideológica, preparando-se como organização revolucionária. A unidade teórica e ideológica se dá na base da plataforma; a unidade tática se dá pela coordenação concreta e aplicação prática do programa e estratégia e coordenação através da RAI; essa unidade é apresentada pela adesão às consígnias internacionais da RAI e TCI

As seções locais da RAI serão compostas de pelo menos 3 militantes bakuninistas. O papel da organização é dirigir as lutas, coordená-las na base do programa socialista reivindicativo e desenvolver a luta teórica (o que implica aprofundar a teoria bakuninista) no plano local.

O passo seguinte é a multiplicação das seções em cada país e a construção de um GPN (Grupo Político Anarquista Nacional), que será uma seção da futura Organização Internacional.

É tarefa de cada seção organizar ou intervir nas lutas das categorias ocupacionais dos trabalhadores, tentando organizar oposições do tipo sindicalismo-revolucionário. A construção da TCI se dará pela construção de núcleos de trabalhadores que estejam dispostos a lutar pelas reivindicações apresentadas nesta plataforma sob a forma de oposições (dentro de cada categoria ocupacional) classistas e internacionalistas e devem assumir o combate à burocracia e as formas de sindicalismo de Estado nas periferias e semi-periferias (na América Latina, como existentes no Brasil, México e Argentina, de sindicatos subordinados ao Estado) e de sindicalismo social-democrata e mafioso nos países do centro (como existente na Europa e EUA). Essas oposições devem levar aos trabalhadores o programa reivindicativo aqui apresentado e organizá-los para lutar pela sua realização.

Criar oposições aos sindicatos e organizar as oposições tomando por base a organização por local de trabalho de caráter inter-profissional (unitário). Isso implica em ignorar as diferenças de categoria e discriminação geradas pelo capital, e organizar todos os trabalhadores em comissões nos locais de trabalho.

A estrutura da oposição deve ser flexível, ter um núcleo central de militantes organizados de forma permanente e formas de organização de base temporárias (Comissões de Base). Essas comissões devem ser criadas e desfeitas de acordo com a luta das Oposições para dar conta das necessidades específicas da luta de classes.

Organizar as categorias dos estudantes, aprofundando a relação desta categoria ocupacional que é uma categoria de transição entre o ambiente doméstico e o ambiente de trabalho. Diferenciar as origens de classe, o objetivo é garantir a organização dos estudantes trabalhadores.

Federalizar as oposições das diferentes categorias ocupacionais, criando sempre uma grande frente em torno do programa e da estratégia de luta (combate ao nacionalismo, burocracia, estatismo a segmentação rural-urbano, entre as categorias ocupacionais, entre o proletariado dos diferentes países). O avanço no sentido grande organizações (Confederações) do tipo

sindicalismo-revolucionário dependerá da evolução da luta de classes e da própria capacidade das organizações bakuninistas.

Unidade de Ação na luta de Classes (greves e demais mobilizações, mais sem abdicação do programa revolucionário e reivindicativo (imediatista)). As alianças com as demais forças políticas e organizações de trabalhadores devem ser definidas por uma criteriosa análise principista e balanceamento dessas questões.

A Greve Geral – entendida como a paralisação de todos os setores econômicos – é o principal instrumento de luta e organização da TCI. Isso não significa não lançar mão de outras formas de ação direta proletária, mas que essa forma é a forma principal. A RAI é considerada como forma embrionária da futura Aliança, assim como a TCI é forma embrionária da futura AIT. A passagem entre o estágio atual e o próximo em que a construção dessas organizações se colocará na ordem do dia dependerá do desenvolvimento da luta de classes em cada região e da dialética entre crescimento da RAI e da TCI.

Camaradas. Temos então de avançar nas tarefas históricas que os grandes revolucionários como Bakunin, Makhno e Balius apontaram. Essa é uma necessidade da classe trabalhadora. A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores! Por isso reforçamos o nosso chamamento, a todos os anarquistas revolucionários, a todos os trabalhadores conscientes a se juntarem ao esforço aqui apresentado.


Anarquismo é Luta!

Patriotas de Todas as Pátrias Oprimidas!

Abaixo a dominação do homem pelo homem pela concentração de poderes!

Abaixo a exploração do homem pelo homem pela concentração de capitais!

Reconstruir a Aliança e a AIT-Histórica!

A painting of a scythe with hands raised in the background. The scythe is positioned diagonally across the frame, with its blade pointing towards the upper right. In the background, several hands are raised in a gesture of protest or solidarity. The overall tone is somber and revolutionary.

“Enquanto as diferentes correntes [no seio do proletariado] cometeram o equívoco de extrapolar as tarefas histórico-universais da burguesia ao proletariado, Bakunin (...) pontua que a tarefa histórica do proletariado não só não é imitar a burguesia na tomada do Estado para o desenvolvimento do Socialismo, como demonstra que a condição essencial para que a humanidade se emancipe do governo do homem sobre o homem é precisamente a abolição, a destruição revolucionária dos Estados e sua substituição por uma grande Confederação Universal de homens livres e associações internacionais de trabalhadores que coordenem a produção.”

OPAR

www.anarquismorevolucionario.wordpress.com

UNIPA

www.uniaoanarquista.org